

*CARTA ANUAL DE*  
***POLÍTICAS PÚBLICAS***  
***E GOVERNANÇA***  
***CORPORATIVA***  
***2021*** ANO-BASE  
***2020***

# SUMÁRIO

- Mensagem do Conselho de Administração ..... 03
- Identificação geral ..... 04
  - 1. Quem somos ..... 06
  - 2. Nossas principais atividades ..... 11
  - 3. Interesse público ..... 17
  - 4. Política de preços ..... 19
  - 5. Gerenciamento de riscos e controles internos ..... 20
  - 6. Fatores de risco ..... 27
  - 7. Sistema de Integridade ..... 31
  - 8. Principais resultados ..... 35
  - 9. Governança Corporativa ..... 42
  - 10. Remuneração da administração ..... 48

## MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para a Petrobras, o ano de 2020 representou a retomada de uma curva de crescimento sustentável em um ambiente desafiador. Diante de uma crise sem precedentes na indústria de Petróleo e Gás, colocamos em prática nosso Plano Estratégico 2021-2025, que define um conjunto de estratégias com base em cinco pilares: (i) Maximização do retorno sobre o capital empregado; (ii) Redução do custo de capital; (iii) Busca incessante por custos baixos e eficiência; (iv) Meritocracia e (v) Segurança, saúde, respeito às pessoas e ao meio ambiente.

Nossas estratégias dão visibilidade a questões relevantes para o futuro da Petrobras como, por exemplo, transparência e sustentabilidade, reafirmando o compromisso de nos tornarmos uma companhia mais robusta financeiramente, com baixo endividamento e custo de capital, focada em ativos de óleo e gás de classe mundial e geração de valor. Sem dúvidas, atuar sempre de forma segura, ética e transparente em nossas operações é sinônimo de respeito às pessoas e ao planeta.

Seguimos uma trajetória histórica de transformação necessária e positiva, tanto para a Petrobras quanto para a sociedade, concentrando esforços naquilo que sabemos fazer de melhor e nos tornou referência mundial: a exploração e produção de petróleo e gás natural em águas profundas e ultraprofundas.

Nos últimos anos, somamos avanços significativos na governança corporativa e nos sistemas de integridade, *compliance* e controles internos da Companhia. Aprendemos as lições do passado e adotamos rigorosos padrões de ética e integridade através de iniciativas que reforçam nosso propósito, valores e compromisso com a melhoria contínua e alinhamento às melhores práticas do mercado.

Assumimos, também, no nosso Plano Estratégico 2021-2025, compromissos que se traduzem em assegurar um modelo de governança que permita o equilíbrio entre eficiência e controle; e atuar de forma íntegra e transparente, com tolerância zero à fraude e à corrupção.

Pretendemos seguir esta trajetória de evolução para potencializar a construção de uma cultura de integridade dentro da Companhia e junto aos parceiros de negócios. Além de ser ética e legalmente esperado, fazer o que é certo alavanca diretamente o resultado da Petrobras e gera ainda mais valor ao nosso país.

Ao encararmos os desafios do nosso negócio, também não podemos perder de vista a realização dos objetivos que justificaram a criação da Petrobras como sociedade de economia mista, desde que de modo compatível com nossa atuação empresarial.

Fortalecidos pelas adversidades, avançamos ainda mais unidos e firmes em nossos propósitos e estratégias.

Nesse horizonte, estamos certos de que uma longa e desafiadora jornada nos espera, sempre em favor dos nossos ideais.

Apresentamos aqui a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, exercício 2020.

**Conselho de Administração da Petrobras**

## IDENTIFICAÇÃO GERAL

Em conformidade com o artigo 8º, incisos I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o artigo 13, incisos I e VIII, do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras referente ao exercício social de 2020. As informações contidas neste documento constam do Formulário de Referência, disponível no sítio eletrônico da Companhia.

### **CNPJ/MF nº 33.000.167/0001-01. NIRE 33.300032061**

Sede: Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ

Tipo de estatal: sociedade de economia mista (Holding)

Acionista controlador: União Federal

Tipo societário: sociedade por ações

Tipo de capital: capital aberto

Abrangência de atuação: internacional

Setor de atuação: petróleo, gás natural e energia

Dir. Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores: Rodrigo Araujo Alves

Tel.: (021) 3224-2401 | E-mail: dfinri@petrobras.com.br

Auditores independentes: KPMG Auditores Independentes | Responsável técnico: Marcelo Gavioli. Tel.: (21) 2207-9000 | E-mail: mgavioli@kpmg.com.br | Período de prestação de serviço: 2017 a 2021

### **Conselheiros de Administração subscritores**

Eduardo Bacellar Leal Ferreira – Presidente do Conselho. CPF 265.598.977-53

Joaquim Silva e Luna – Presidente da Petrobras. CPF 334.864.767-34

Marcio Andrade Weber. CPF 184.296.020-20

Ruy Flaks Schneider. CPF 010.325.267-34

Cynthia Santana Silveira. CPF 693.401.457-04

Murilo Marroquim de Souza. CPF 043.198.184-15

Sonia Julia Sulzbeck Villalobos. CPF 022.306.678-82

Marcelo Mesquita de Siqueira Filho. CPF 951.406.977-34

Rodrigo de Mesquita Pereira. CPF 091.622.518-64

## Presidente e Diretores Executivos subscritores

---

Joaquim Silva e Luna – Presidente da Petrobras | CPF 334.864.767-34

Rodrigo Araujo Alves – Diretor Executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores | CPF 073.100.396-96

Salvador Dahan – Diretor Executivo de Governança e Conformidade | CPF 272.672.828-65

Fernando Assumpção Borges – Diretor Executivo de Exploração e Produção | CPF 506.382.706-34

João Henrique Rittershausen – Diretor Executivo de Desenvolvimento da Produção | CPF 430.522.316-34

Rodrigo Costa Lima e Silva – Dir. Executivo de Refino e Gás Natural | CPF 918.807.425-00

Cláudio Rogério Linassi Mastella – Diretor Executivo de Comercialização e Logística | CPF 355.834.870-20

Nicolás Simone – Dir. Executivo de Transformação Digital e Inovação | CPF 231.136.328-03

Roberto Furian Ardenghy – Diretor Executivo de Relacionamento Institucional e Sustentabilidade | CPF 331.581.500-34

---

**Versão aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobras em 28/07/2021, com abstenção da conselheira Rosangela Buzanelli Torres.**

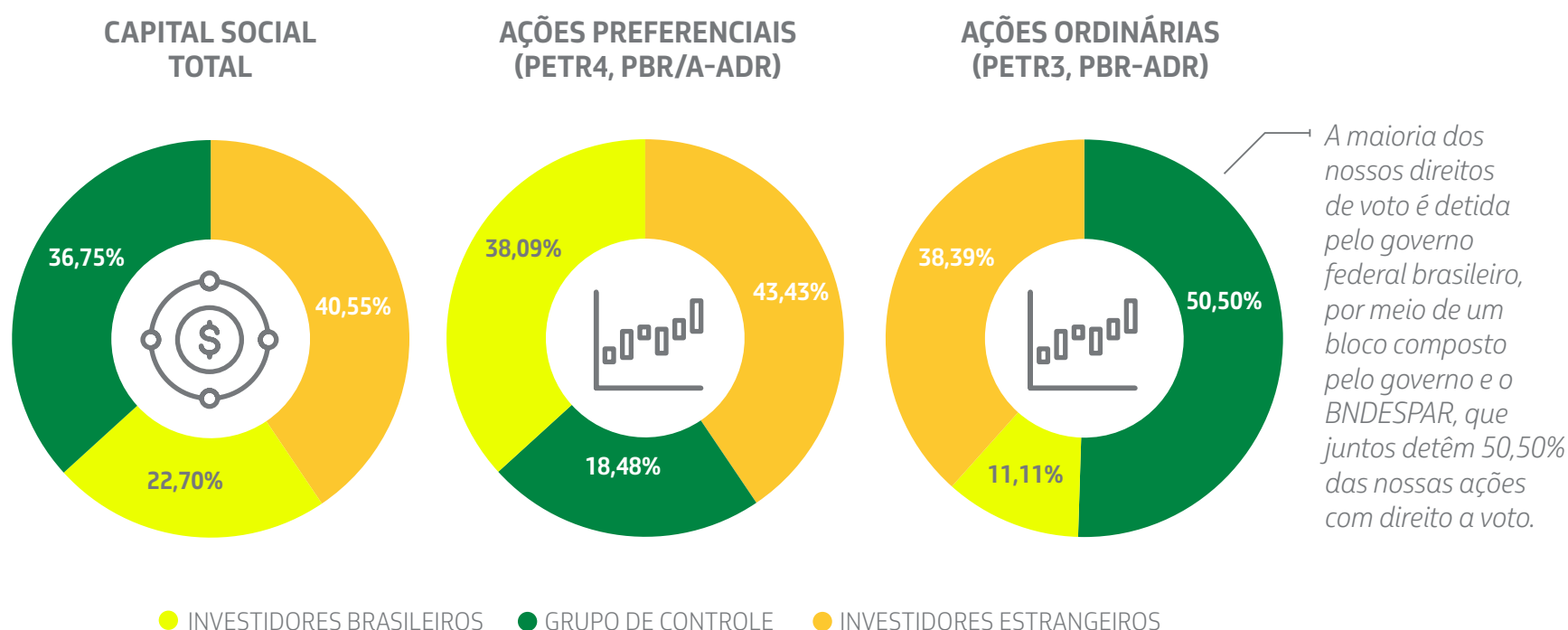
# 1 QUEM SOMOS

Somos uma empresa brasileira com mais de 49 mil empregados, comprometida em gerar mais valor para os nossos acionistas e para a sociedade, com foco em petróleo e gás, com segurança e respeito às pessoas e ao meio ambiente. Somos um dos maiores produtores de petróleo e gás do mundo, dedicados principalmente à exploração e à produção, ao refino, à geração e à comercialização de energia. Adquirimos experiência em exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas como resultado de quase 50 anos passados no desenvolvimento das bacias brasileiras, tornando-nos líderes mundiais nesse segmento.

Operamos através de subsidiárias, *joint ventures* (operações conjuntas) e empresas associadas estabelecidas no Brasil e em outros países. Nossas ações são negociadas na bolsa de valores da B3, de São Paulo, desde 1968, e a maioria do nosso capital votante pertence à União Federal. Também temos ações negociadas nas bolsas de valores de Nova Iorque (NYSE) e de Madri (Latibex).

Somos controlados pela União Federal, que detém diretamente 50,26% das nossas ações ordinárias e 28,67% do nosso capital social. A União Federal detém, ainda, participação indireta de 0,24% das nossas ações ordinárias; 18,48% das nossas ações preferenciais; e 8,08% do nosso capital social total, por meio dos seguintes acionistas: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e BNDES Participações S.A. (BNDESPAR).

A composição do nosso capital social refere-se à posição acionária de 31/05/2021.



# NOSSO PROPÓSITO

Temos como propósito prover energia que assegure a prosperidade de forma ética, segura e competitiva. Para isso, o respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente, a ética e transparência são nossos valores, assim como a orientação ao mercado, resultados, superação e confiança.

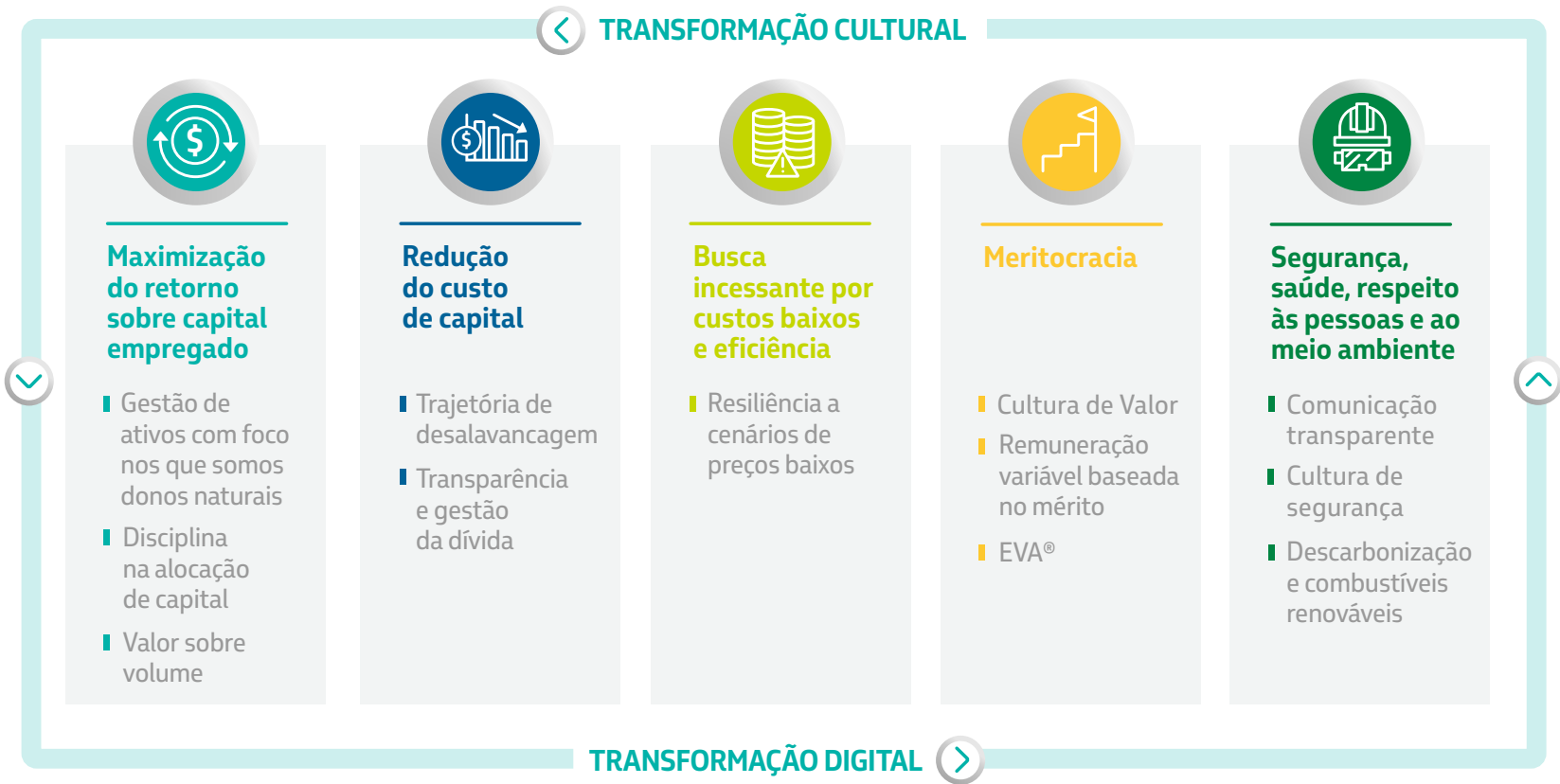
Nesse sentido, as temáticas sociais, ambientais e de governança são determinantes para nossos negócios, pois entendemos que a geração de valor não vem apenas da operação de nossos ativos, mas da forma de fazê-la.



# NOSSA ESTRATÉGIA

Nosso Plano Estratégico para o quinquênio 2021-2025, aprovado em novembro de 2020, reafirma nossa visão de “Ser a melhor empresa de energia na geração de valor para o acionista, com foco em óleo e gás e com segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente”. O Plano mantém os cinco pilares que atuam na sustentação para a implantação do nosso conjunto de estratégias e ainda define dois temas transversais aos pilares estratégicos – transformação cultural e transformação digital:

## PILARES ESTRATÉGICOS SUSTENTAM NOSSA AGENDA TRANSFORMACIONAL



O Plano Estratégico 2021-25 propõe um conjunto de estratégias que almejam uma maior geração de valor para os acionistas, e dão visibilidade a temas relevantes para o nosso futuro, tais como: (i) transparência e foco em sustentabilidade (ESG – Meio Ambiente, Social e Governança), em especial em relação à descarbonização das operações; (ii) fortalecimento das atividades de logística, marketing e vendas; (iii) busca por um Refino mais eficiente e sustentável – BioRefino; e (iv) fortalecimento do modelo de gestão da Petrobras.

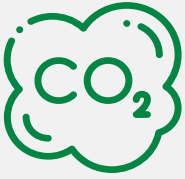




O PE 2021-25 apresenta quatro métricas de topo que deverão impactar diretamente a remuneração não só dos executivos, mas de todos os empregados da Companhia em 2021. Duas métricas estão relacionadas à sustentabilidade (ESG):

- » Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE);
- » Vazamento de petróleo e derivados;
- » Dívida Bruta de US\$ 67 bilhões em 2021;
- » Delta do EVA® (valor econômico adicionado) consolidado de US\$ 1,6 bilhão.



O infográfico a seguir ilustra nossas métricas para 2021.

**METAS 2021**  
**A ambição: Zero fatalidades e zero vazamento**

<i><b>IGEE<sup>1</sup></b></i>	<i><b>Volume vazado<sup>2</sup></b></i>	<i><b>Dívida bruta</b></i>	<i><b>ΔEVA<sup>®</sup></b></i>	<i><b>TAR<sup>3</sup></b></i>
 <b>E&amp;P</b> 17 kgCO <sub>2</sub> e/boe <b>Refino</b> 40 kgCO <sub>2</sub> e/CWT	 <b>120 m<sup>3</sup></b> Limite de alerta	 <b>US\$ 67 bilhões</b>	 <b>US\$ 1,6 bilhão</b>	 <b>&lt; 0,7</b>

<sup>1</sup> Intensidade de Gases de Efeito Estufa. | <sup>2</sup> VAZO: Volume vazado de óleo e derivados. | <sup>3</sup> Taxa de Acidentados Registráveis

Mantemos o indicador TAR (Taxa de Acidentados Registráveis por milhão de homens-hora) como métrica de topo para 2021, mas ajustamos a meta para abaixo de 0,7, reforçando o nosso compromisso com a vida. Continuamos com nossa ambição de zero fatalidades e adicionamos nossa ambição de vazamento zero.

A redução da dívida e a desalavancagem financeira continuarão prioritárias, sendo a geração operacional de caixa e os desinvestimentos fundamentais para esses fins. De janeiro de 2019 a setembro de 2020, mesmo com os impactos da pandemia de Covid-19 e preços reduzidos do petróleo, em 2020, fomos capazes de reduzir a nossa dívida bruta em US\$ 31 bilhões e de mantermos a nossa meta de US\$ 60 bilhões até 2022.

A curva de produção de óleo e gás estimada no período 2021-2025, sem considerar os desinvestimentos, indica um crescimento contínuo focado no desenvolvimento de projetos que geram valor, com aumento da participação dos ativos no pré-sal que possuem menor custo de extração. Esse caminho reflete a trajetória que tornou a nossa empresa líder mundial na exploração de águas profundas, assim como detentora de uma capacidade técnica que a torna a empresa mais capacitada para extrair o máximo desses ativos, com uma estimativa de produção de 3,3 milhões de barris de óleo equivalente por dia até 2025.

**NOSSOS COMPROMISSOS**

Reiteramos o nosso compromisso com o meio ambiente e com a descarbonização através do uso de novas tecnologias, que envolvem, por exemplo, a redução da queima de gás natural em *flare* (tocha), a reinjeção de CO<sub>2</sub> e ganhos de eficiência energética em nossas operações. Nesse sentido, atualizamos no PE 2021-25 os nossos dez compromissos com a agenda de baixo carbono e sustentabilidade:

## 10 Compromissos de Sustentabilidade

 Redução das emissões absolutas operacionais totais em 25% até 2030	 Zero queima de rotina em flare até 2030	 Reinjeção de ~40MM ton CO <sub>2</sub> até 2025 em projetos de captura, uso e armazenamento de carbono (CCUS)	 Redução de 32% na intensidade de carbono no segmento de E&P até 2025 (15 kg CO <sub>2</sub> e/boe, mantidos até 2030)	 Redução de 40% na intensidade de emissões do metano no segmento de E&P até 2025.
 Redução de 16% na intensidade de carbono no refino até 2025, ampliando para 30% até 2030 (30 kg CO <sub>2</sub> e /CWT)	 Redução de 50% na captação de água doce em nossas operações com foco no aumento do reúso até 2030	 Crescimento zero na geração de resíduos de processo até 2025	 100% das nossas instalações com plano de ação em diversidade até 2025	 Investimos em projetos socioambientais, programas em direitos humanos e relacionamento comunitário

\* Compromissos em carbono em relação à base 2015. Demais compromissos com base em 2018.

Planejamos investir nos próximos cinco anos aproximadamente US\$ 1 bilhão relacionado aos nossos compromissos de baixo carbono e sustentabilidade, que será distribuído por meio de inovação em nossas operações, do biorrefino (diesel renovável, BioQAV (bioquerosene de aviação), bioprodutos e lubrificantes) e do desenvolvimento de competências para o futuro por meio de P&D em renováveis modernos, produtos petroquímicos e de baixo carbono e projetos compensatórios.

O item 10 dos compromissos de sustentabilidade desdobra-se em cinco compromissos de responsabilidade social:

1. Programa de capacitação de Direitos Humanos para 100% dos empregados.
2. Ações de promoção de diversidade, proporcionando ambiente inclusivo.
3. Due diligence em direitos humanos em 100% das operações.
4. Diagnóstico socioeconômico das comunidades.
5. Mensuração e divulgação do retorno social de no mínimo 50% dos projetos socioambientais.

## Governança como prioridade

Em complemento à nossa agenda ESG (Meio Ambiente, Social e Governança, em tradução livre), as questões de governança continuam sendo uma de nossas prioridades. Ao longo de 2020, fizemos esforços contínuos e apresentamos um forte desenvolvimento nesta área, com a aprovação do nosso Código de Conduta Ética e do Guia de Conduta Ética para Fornecedores, o que contribuiu para o nosso retorno à Partnering Against Corruption Initiative (PACI), do Fórum Econômico Mundial (WEF). Além disso, apresentamos nossos compromissos de governança:

- » Modelo de governança que permite o equilíbrio entre eficiência e controle; e
- » Integridade e transparência, tolerância zero à fraude e corrupção.

Para mais informações, ver itens 6.3, 10.8 e 15.4 do Formulário de Referência e na seção Visão Geral do nosso site de [Relações com Investidores](#).



## NOSSAS PRINCIPAIS ATIVIDADES

**S**omos reconhecidos mundialmente por nossa tecnologia de exploração e produção de petróleo em águas ultraprofundas. Entretanto, nossos negócios vão além do alcance do campo e da retirada de petróleo e gás. Isso implica um longo processo por meio do qual transportamos petróleo e gás para nossas refinarias e unidades de tratamento de gás natural, que devem estar equipadas e em constante evolução para fornecer os melhores produtos.

Temos uma grande base de reservas provadas e operamos e produzimos a maior parte do petróleo e gás do Brasil. A maioria de nossas reservas provadas está localizada nas bacias *offshore* adjacentes de Campos e Santos, no sudeste do Brasil. Sua proximidade nos permite otimizar nossa infraestrutura e limitar nossos custos de exploração, desenvolvimento e produção.

Em 2020, os campos operados pela Companhia produziram 94,15 % do petróleo e gás natural do Brasil, conforme dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Também atuamos nos mercados de refino, transporte e comercialização, com 13 refinarias e uma unidade de processamento de xisto, responsáveis pela maior parte da capacidade de refino no Brasil, que está substancialmente concentrada na região Sudeste, onde se encontram os mercados mais populosos e industrializados do país e adjacente às principais fontes de petróleo e gás natural nas bacias de Campos e Santos.

A concentração da produção nas bacias de Campos e Santos, associada à localização do nosso parque de refino, que possui 60% da capacidade instalada na região Sudeste, e, ainda, à concentração de 61% da demanda total de derivados nas regiões Sul e Sudeste (excluindo nafta, asfalto e demais produtos especiais) nos permite organizar de forma bastante integrada os nossos negócios no Brasil. Além disso, atuamos na geração de energia, na atividade de biocombustíveis, petroquímica e nos negócios de distribuição, por meio de participações em algumas empresas.

Também participamos do mercado brasileiro de gás natural, incluindo logística, distribuição e processamento de gás natural. Para atender à demanda doméstica, processamos gás natural derivado de nossa produção *onshore* e *offshore* (principalmente de campos nas Bacias de Campos, Espírito Santo e Santos), importamos gás natural da Bolívia e importamos gás natural liquefeito (LNG) por meio de nossos terminais de regaseificação. Participamos ainda do mercado doméstico de energia, principalmente por meio de nossos investimentos em usinas termelétricas a gás, óleo combustível e óleo diesel e em energia renovável.

Somos responsáveis pelo maior parque termelétrico movido a gás natural do Brasil. Nossas usinas possuem papel importante no escoamento e monetização do gás próprio e uma gestão de portfólio do parque gerador está em permanente avaliação. Em relação ao Gás Natural, nosso segmento compreende os elos de escoamento, processamento, transporte, distribuição, regaseificação de GNL e fornecimento de gás para consumo próprio e de terceiros, estando as atividades de transporte e distribuição de gás natural em processo de desinvestimento.

O gás natural é movimentado principalmente através de uma rede integrada de gasodutos de transporte que conecta as principais ofertas nacionais e importadas (plantas de processamento que tratam o gás produzido no país, terminais de regaseificação e GNL e o ponto de entrega de gás boliviano) até a rede de distribuição e consumidores finais. A rede de gasodutos de transporte é operada por diferentes empresas transportadoras, sendo que mantemos participação societária em algumas, em processo de desinvestimento.



A gestão de nosso portfólio compreende a análise contínua e integrada de nossos ativos e projetos, assegurando a nossa sustentabilidade no curto prazo e gerando valor e competitividade no médio/longo prazo. Assim, alocamos nossos investimentos de maneira a garantir que os ativos sejam aqueles que gerem o maior retorno e, ao mesmo tempo, estejam balanceados em diferentes perspectivas estratégicas e de segmentos de negócio. A gestão ativa de portfólio é um dos pilares do nosso processo de mudança, garantindo a apropriação de boas oportunidades de mercado, nos aproximando dos nossos objetivos estratégicos e gerando valor para acionistas, empregados, comunidades, clientes, fornecedores e parceiros.

Continuamos a racionalizar nossa presença internacional, considerando os três principais mercados de petróleo do mundo: Europa, América do Norte e Ásia. Nossa atuação comercial fora do Brasil se concentrará nos escritórios de Roterdã, na Holanda, em Houston, nos Estados Unidos, e em Singapura. A iniciativa visa à redução de despesas corporativas dentro do plano de resiliência. Como

parte do processo, as atividades comerciais da Petrobras Europe Ltd., em Londres, na Inglaterra, serão transferidas para a Petrobras Global Trading B.V., sediada em Roterdã. A mudança será concluída no segundo semestre de 2021.

Dos 18 escritórios externos que mantínhamos no fim de 2018, dez já foram fechados, além de Londres. Estão neste grupo as representações na China, no México, no Irã, na Turquia e nos Estados Unidos (Nova York). Mantemos, ainda, escritórios na Bolívia, Argentina e Colômbia. Nesses dois últimos países, há processo de desinvestimentos em curso, e a tendência é que, uma vez concluídos, os respectivos escritórios sejam também desativados, como foi o caso com a Petrobras Uruguay Distribución S.A. (PUDSA), desinvestida em fevereiro de 2021.

Operamos por meio de 20 subsidiárias diretas (18 constituídas de acordo com as leis do Brasil e duas incorporadas no exterior) e duas operações conjuntas diretas. Adicionalmente, participamos de consórcios que atuam na exploração de blocos e na produção de campos de petróleo no Brasil.

Segue abaixo uma breve descrição das nossas atividades desenvolvidas por continente:

- » **Na América do Sul:** (i) exploração e produção de óleo e gás (Argentina, Bolívia e Colômbia) e (ii) produção, distribuição e comercialização de produtos e serviços (Argentina e Colômbia). Além desses países, continuamos presentes no Chile e Paraguai, por meio de contrato de licenciamento de marcas Petrobras, em decorrência da venda de nossos ativos nesses países.
- » **Na América do Norte:** nos Estados Unidos, temos produção não consolidada de petróleo e gás por meio da participação de 20% da Petrobras America Inc. ("PAI") na joint venture com a Murphy, e atividades de comercialização de petróleo, derivados e GNL por meio da Petrobras America Inc. (PAI).
- » **Na África:** até janeiro de 2020, atividades de exploração e produção de óleo e gás na Nigéria, por meio de uma joint venture – Petrobras Oil&Gas B.V (PO&G B.V.).
- » **Na Europa:** possuímos subsidiária sediada em Roterdã, na Holanda – Petrobras Global Trading B.V (PGT BV), responsável por realizar atividades de trading, intermediando as exportações e importações de petróleo, derivados e GNL realizadas para a Petrobras, bem como por atuar como veículo de concentração do caixa no exterior, desdobrando as nossas estratégias comerciais e financeiras. Em Londres, no Reino Unido, está sediada a subsidiária Petrobras Europe Limited (PEL), que atua na inteligência de mercado e no suporte à comercialização de petróleo, derivados e GNL. A partir de julho de 2021, como parte da decisão de concentrar nossa atuação comercial de trading (comercialização) e shipping (afretamento) na Europa no escritório de Roterdã, na Holanda, as atividades comerciais da PEL serão transferidas para a PGT BV.
- » **Na Ásia,** nossa presença se destina a atuar nesse mercado estratégico, visando novas oportunidades de negócios, por meio do escritório de representação em Singapura, realizando atividades de trading de petróleo e derivados para a China, a Índia, o Sudeste da Ásia e o Oriente Médio, por meio da Petrobras Singapore Private Limited (PSPL).

Para mais informações, consultar os itens 15.4 e 15.7 do Formulário de Referência, disponível em nosso site de [Relações com Investidores na internet](#).



Para uma lista completa de nossas subsidiárias e operações conjuntas, consulte o Anexo 8.1 do Relatório Anual e Form 20-F e a nota 30 de nossas Demonstrações Financeiras, ambos disponíveis em nosso [site de Relações com Investidores](#).

**Informações sobre segmentos operacionais**

**α. Produtos e serviços comercializados**

Nossos negócios estão divididos em três principais segmentos:

Segmento	Descrição
Exploração e Produção (E&P)	Abrange as atividades de exploração, desenvolvimento da produção e produção de petróleo, LGN (líquido de gás natural) e gás natural no Brasil e no exterior, objetivando atender, prioritariamente, as refinarias do país e atuando também de forma associada com outras empresas em parcerias, além das participações societárias em empresas desse segmento no exterior.
Refino, Transporte e Comercialização (RTC)	Contempla as atividades de refino, logística, transporte, aquisição e exportação de petróleo bruto, assim como a compra e venda de produtos derivados do petróleo e etanol, no Brasil e no exterior. Adicionalmente, esse segmento inclui a área de petroquímica, que compreende investimentos em sociedades do setor petroquímico, a exploração e processamento de xisto.
Gás & Energia (G&E)	Contempla as atividades de logística, comercialização de gás natural e energia elétrica, transporte e comercialização de gás natural liquefeito (GNL), geração de energia através de usinas termelétricas, processamento de gás natural, bem como participação em sociedades transportadoras e distribuidoras de gás natural no Brasil e no exterior. Nesse segmento, também são incluídos os resultados de nossas operações de processamento de gás natural e produção de fertilizantes.

Além disso, a classificação “Corporativo e outros negócios” inclui os itens que não podem ser atribuídos aos segmentos de negócio, compreendendo aqueles com características corporativas, além dos negócios de distribuição e biocombustíveis. Itens corporativos incluem principalmente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, *overhead* (despesas gerais) relativo à administração central e outras despesas, incluindo despesas atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos assistidos.

Os negócios de distribuição refletem a participação societária na coligada BR Distribuidora (Investimentos e Resultado de Participações em Investimentos), os negócios de distribuição de derivados no exterior (América do Sul), além da operação descontinuada em 2019. Os negócios de biocombustíveis refletem as atividades de produção de biodiesel, de seus coprodutos e de etanol.

Para mais informações sobre nossas atividades, ver itens 7.1 a 7.3 e 7.9 do Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Relações com Investidores](#) na internet.

## Petrobras em números



**2.836**

Mboed,  
sendo

Desses:

**2.282**

Mboed de óleo  
e LGN e

**554**

Mboed  
de gás natural  
em

**104**

unidades de  
produção

**97%**

Índice de  
Utilização  
do Gás.

\*A produção de biodiesel correspondente à Petrobras Biocombustível (PBIO) considera a totalidade da produção própria e de sua investida. A produção líquida de biodiesel da PBIO considerando os dados de suas investidas de forma proporcional à sua participação societária, é de 0,7 milhão m³.



**1.828**

Mbpd de derivados  
produzidos no Brasil  
em

**13**

refinarias e

**1**

unidade  
xisto e

**1,1**

milhão m³ de  
biodiesel\* em

**4**

unidades de  
produção  
2 próprias e  
2 em participação)



**568**

milhões de m³  
de petróleo  
e derivados  
movimentados  
nos oleodutos  
e terminais  
operados pela  
subsidiária  
Transpetro.

**22.099**

milhões de m³  
de gás natural  
movimentados  
em gasodutos  
de terceiros.

**86**

milhões  
de m³  
movimentados  
por navios  
operados pela  
subsidiária  
Transpetro.



**713**

Mbpd de petróleo exportado,

**33%** mais que em 2019.

**86.204.149**

m³ de diesel, gasolina,  
querosene de aviação, GLP,  
nafta e óleo combustível  
vendidos no mercado interno.\*

**13.691.824**

m³ de diesel, gasolina, querosene  
de aviação, GLP, nafta e óleo  
combustível vendidos no  
mercado externo.\*

\* não inclui demais derivados.

PCH: pequena central hidrelétrica. GLP: gás liquefeito de petróleo.



**1.756**

MW médios de geração de  
energia elétrica em

**33**

unidades de produção, sendo

**6.131** MW em

**20**

termelétricas próprias,

**1**

MW em 1 solar própria

**1**

MW em 1 fotovoltaica  
própria

**261**

MW em 5 termelétricas  
(participação)

**52**

MW em 4 eólicas  
(participação)

**4**

MW em 2 hidrelétrica - PCH  
(participação)

**a. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia**

**Exercício social encerrado em (valores em milhões de reais)**

Segmento	31/12/2020	%	31/12/2019	%	31/12/2018 <sup>(2)</sup>	%
E&P	174.085	38	199.429	38	191.546	37
Refino	241.966	52	266.613	52	269.138	53
G&E	39.275	9	45.252	9	44.926	9
Corp e Outros	4.439	1	4.802	1	6.331	1
Receita agregada	459.765	100	516.096	100	511.941	100
Eliminações <sup>(1)</sup>	(187.696)		(213.851)		(201.686)	
Consolidado	272.069		302.245		310.255	

(1) Correspondem às operações internas entre os segmentos de negócio da Companhia, as quais são eliminadas quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(2) O período de 2018 está sendo reapresentado conforme pronunciamento contábil "CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas", devido à operação descontinuada relativa à BR Distribuidora, vide seção 10.3 do Formulário de Referência e nota explicativa 30 das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

**b. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia**

**Exercício social encerrado em (valores em milhões de reais)**

Segmento	31/12/2020	%	31/12/2019	%	31/12/2018 <sup>(2)</sup>	%
E&P	24.060	539	49.854	107	44.177	155
Refino	703	16	3.548	8	8.246	29
G&E	4.566	102	16.813	36	2.171	8
Corp e Outros	(24.862)	(557)	(23.639)	(51)	(26.151)	(92)
Lucro/Prejuízo agregado	4.467	100	46.576	100	28.443	100
Eliminações <sup>(1)</sup>	1.779		(5.606)		(1.745)	
Consolidado	6.246		40.970		26.698	

(1) Correspondem às operações internas entre os segmentos de negócio da Companhia, as quais são eliminadas quando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(2) O período de 2018 está sendo reapresentado conforme pronunciamento contábil "CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas", devido à operação descontinuada relativa à BR Distribuidora, vide seção 10.3 do Formulário de Referência e conforme nota explicativa 30 das demonstrações financeiras consolidadas.



# 3 INTERESSE PÚBLICO

**A** Petrobras é uma sociedade de economia mista, constituída pela Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, posteriormente revogada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, cuja maioria do capital votante pertence ao governo federal brasileiro. A constituição de sociedade de economia mista somente é admitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional, ou em casos de relevante interesse coletivo, na forma do art. 173 da Constituição da República. Para tanto, conforme previsto no art. 238 da Lei 6.404/76, poderemos ter nossas atividades orientadas para atender ao interesse público que justificou a nossa criação, ou seja, visando ao atendimento do objetivo da política energética nacional previsto no art. 1º, inciso V, da Lei 9.478/97, de garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional.

A contribuição para a consecução desse interesse público deve ser compatível com o nosso objeto social e com as condições de mercado, não podendo colocar em risco a nossa rentabilidade e sustentabilidade financeira.

Assim, na forma do artigo 8º, §2º, da Lei nº 13.303/2016, caso o atendimento ao interesse público se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, as obrigações ou responsabilidades por nós assumidas deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

Em linha com esses normativos, nosso Estatuto Social prevê, de forma clara, o relevante interesse coletivo que justificou a nossa criação, bem como formaliza os requisitos para seu atendimento, nas hipóteses em que esse se dê em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. Nesse caso, caberá à União nos compensar, a cada exercício social, pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida, conforme expresso no art. 3º do nosso Estatuto Social.

Ciente dos requisitos previstos na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 8.945/2016, que determinam a explicitação dos compromissos realizados para a consecução de objetivos de políticas públicas, bem como dos recursos e dos impactos financeiros advindos, visando à divulgação de informações completas e consistentes, descrevemos a seguir as obrigações ou compromissos assumidos antes da Lei 13.303/2016 e da reforma do Estatuto Social que inseriu as previsões relativas ao interesse público.

## **a. Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet)**

O programa do governo federal, vinculado ao Ministério de Minas e Energia (MME), instituído por meio do Decreto de 18 de julho de 1991 e executado com o apoio técnico e administrativo da Petrobras, visa promover o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis. Desde a sua criação, o Conpet desenvolve parcerias para a realização de avaliações das emissões de materiais particulados em ônibus e caminhões, bem como para

a orientação da sociedade quanto ao uso eficiente dos veículos. Em 2020, foram realizadas as seguintes atividades pertinentes ao Conpet:

- » *Participação no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que visa estimular a produção e a utilização de aparelhos a gás e veículos mais eficientes. Esse programa busca incentivar o consumo consciente informando ao consumidor, por meio da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia, sobre o consumo de combustíveis dos diversos modelos de automóveis e de aparelhos que utilizam gás.*

Possuímos um representante no grupo que coordena o Conpet, bem como provê apoio técnico e administrativo ao programa, por meio do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes). Os profissionais envolvidos nestas atividades não possuem dedicação exclusiva ao referido programa.

Continuamos em tratativas junto ao Ministério de Minas e Energia para transferência das atividades no Grupo Coordenador do Conpet, nas condições de Membro Nato – Secretário Executivo e Representante Técnico do Cenpes, para outro ente a ser definido pelo MME. O interesse pela transferência foi manifestado por carta protocolada junto ao ministério.

Para o exercício social em curso, enquanto não é definida a tratativa de transferência das atividades, está prevista a continuidade da participação nos programas de etiquetagem PBE Veicular, PBE Fogões e Fornos, PBE Aquecedores e as ações para monitoramento de emissões, bem como o atendimento a convocações de Participações Técnicas no pelo MME.

O valor aplicado no Conpet no ano de 2020 foi de R\$ 522 mil, cuja realização foi a menor que o orçamento anteriormente previsto, de R\$ 719 mil, devido à suspensão de algumas atividades por motivo da pandemia. O orçamento previsto para 2021 é de R\$ 454 mil. A origem dos recursos é a geração própria de caixa da Companhia.

#### **b. Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT)**

O programa do governo federal, vinculado ao MME, instituído pelo Decreto nº 3.371/2000, visou à implantação de usinas termelétricas. Essas usinas, integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade, desde que tivessem entrado em efetiva operação comercial até 31 de dezembro de 2004, fazem jus a suprimento de gás natural por um prazo de até 20 anos, contados a partir do início da operação comercial, com preço pré-estabelecido e reajustado pela inflação americana.

O suprimento de gás para as usinas no âmbito do PPT, em 2020, gerou receitas de aproximadamente R\$ 1,36 bilhão e custos de R\$ 1,885 bilhão, resultado este custeado pelo orçamento da Companhia.

As informações sobre interesse público estão também descritas no item 7.1 do Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Relações com Investidores](#).

# 4 **POLÍTICA DE PREÇOS**

## **Diesel e gasolina**

Os preços de diesel e gasolina consideram o preço de paridade de importação (PPI), margens para remuneração dos riscos inerentes à operação e o nível de participação no mercado. Os reajustes são realizados sem periodicidade definida, de acordo com as condições de mercado e da análise do ambiente externo, possibilitando a Companhia competir de maneira mais eficiente e flexível.

## **Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)**

Desde agosto de 2019, os preços de GLP para uso residencial, comercializado para envase em botijões de até 13 kg, passaram a adotar como referência o preço de paridade de importação (PPI), similar ao do GLP industrial/comercial.

Os reajustes passaram a ser realizados sem periodicidade definida, de acordo com as condições de mercado e da análise dos ambientes interno e externo.

A partir de 1º de março de 2020, a resolução CNPE nº 17/2019 extinguiu a diferenciação de preços de GLP por segmento.

Os preços aplicáveis aos combustíveis podem ser encontrados em nosso [site](#).



## GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

**A**creditamos que a gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados seguros e sustentáveis. Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais tem como princípios fundamentais o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios, bem como o pleno alinhamento e a coerência com o nosso Plano Estratégico, com a gestão integrada de riscos e com a orientação de ações de resposta a risco voltadas para a agregação ou a preservação de valor para os acionistas e a continuidade dos negócios.

Nosso processo de gestão de riscos está centralizado em uma área corporativa, permitindo a padronização e a uniformização de nossas análises de risco e o gerenciamento das responsabilidades dos riscos, que estão estruturados de acordo com o modelo de três linhas. Neste modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas desempenha um papel distinto na estrutura de governança. Isto pressupõe um conjunto de atividades contínuas e integradas, apoiadas em uma estrutura que compreende, na prática, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, os titulares da estrutura geral e todos os empregados, prestadores de serviço e demais partes relacionadas.

A primeira linha se relaciona aos gestores responsáveis pelos processos. Nesse sentido, cabe aos gestores de cada processo da nossa cadeia de valor identificar os riscos e gerenciá-los de acordo com os limites estabelecidos corporativamente, inclusive comunicando tempestivamente os riscos identificados de responsabilidade alheia.

A segunda linha, por sua vez, tem a responsabilidade de estabelecer as funções de gestão de riscos na primeira linha, bem como monitorar de forma contínua o seu funcionamento. A segunda linha está presente, mas não limitada, nas equipes de gestão de riscos, conformidade, controles internos, segurança, meio ambiente e saúde, desempenho empresarial, segurança da informação, jurídico e segurança empresarial.

A terceira linha é exercida pela equipe de auditoria interna, que é responsável por avaliar de forma sistemática o processo de gestão de riscos e recomendar melhorias, provendo à alta administração e aos órgãos de governança avaliações com maior nível de transparência e independência.

Essa estrutura de governança foi desenhada de forma a possibilitar uma adequada segregação de funções entre os tomadores de riscos e os responsáveis pela definição dos limites à exposição e pelo seu monitoramento periódico.

A gestão de riscos engloba as atividades de identificação, avaliação e tratamento dos riscos. Neste processo, é fundamental que seja estabelecido qual é o nosso apetite a risco. Este é definido como o tipo e a quantidade total de riscos que a empresa, como um todo, está disposta a assumir na

busca de sua missão ou visão. O apetite a riscos é aprovado pelo Conselho de Administração. Além desta atividade, o Conselho de Administração acompanha de forma sistemática a gestão de riscos.

A identificação, a avaliação e o tratamento dos riscos são feitos pelas unidades organizacionais em articulação com a Gerência Executiva de Riscos, a qual reporta periodicamente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração os principais riscos da Petrobras. A avaliação da eficácia do processo de gestão de riscos é feita pela Auditoria Interna, órgão subordinado diretamente ao Conselho de Administração. Detalharemos abaixo as atribuições dos órgãos envolvidos nesse processo.

Trimestralmente, há um relato sobre a gestão de riscos para a Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Além disso, mensalmente, há um informe sobre riscos ao Comitê de Auditoria Estatutário, órgão de assessoramento do Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos.



As instâncias envolvidas em nossa governança no tema gestão de riscos e suas respectivas atribuições e responsabilidades são apresentadas a seguir:

- » **Conselho de Administração:** aprovar o nosso apetite a risco (definido como a quantidade total de riscos que a empresa está disposta a assumir na busca de sua missão ou visão) e acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos.
- » **Comitê de Auditoria Estatutário:** assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos.

- » **Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado:** assessorar o Conselho de Administração no estabelecimento de políticas globais relativas à gestão de riscos das sociedades do Conglomerado Petrobras.
- » **Diretoria Executiva:** propor ao Conselho de Administração a aprovação do apetite a risco da Petrobras e deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite ao risco e a exposição a risco da Petrobras.
- » **Comitê Executivo de Riscos:** monitorar as ações de tratamento dos riscos empresariais, analisar e emitir recomendações sobre as políticas e processos de gestão de riscos, as métricas de acompanhamento e limites de exposição a riscos, bem como encaminhar à Diretoria Executiva tema de gerenciamento de riscos que julgar relevante dar conhecimento.

As atividades dos órgãos acima são regidas pelos seus regimentos internos, que definem a finalidade, composição, atribuições, regras de funcionamento, deveres, responsabilidade e avaliação de desempenho de cada colegiado.

Em 2020, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva acompanharam periodicamente os principais resultados da nossa gestão de riscos. Normalmente, na tomada de decisão de questões relevantes na Companhia são considerados de forma sistemática os riscos e as ações de resposta em cada alternativa de decisão.

## POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais, aprovada pelo Conselho de Administração, apresenta uma abordagem abrangente da gestão dos riscos empresariais, uma vez que associa a tradicional visão econômico-financeira a elementos de gestão contra ameaças à vida, à saúde e ao meio ambiente (SMS), de proteção do patrimônio e das informações empresariais (inteligência e segurança corporativa) e de combate à fraude e corrupção (conformidade legal), dentre outros riscos.

Entendemos que os riscos devem ser considerados em todas as nossas decisões, sua gestão deve ser realizada de maneira integrada e as respostas a eles devem atentar para as possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance.

Os riscos aos quais estamos expostos (riscos empresariais) são classificados em três agrupamentos: (a) operacional, (b) financeiro e (c) conformidade, legal e regulatório.

### OPERACIONAL

---

Reúne riscos decorrentes das atividades fim da Companhia, além daqueles decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos e industriais, do suprimento de bens e serviços, sistemas, assim como de catástrofes naturais e/ou ações de terceiros.

### FINANCEIRO

---

Reúne os riscos oriundos de flutuações de mercado, inadimplemento de contrapartes e de descasamento entre ativos e passivos.



## CONFORMIDADE, LEGAL E REGULATÓRIO

---

Reúne os riscos empresariais relacionados ao cumprimento das leis e dos regulamentos pertinentes aplicáveis à empresa, bem como seu Código de Conduta Ética e outros documentos relacionados.

### Riscos emergentes

Riscos emergentes são os riscos de longo prazo que temos identificado como de maior severidade e que poderiam afetar significativamente a execução de nosso plano estratégico atual ou subsequentes. A seguir são detalhados os principais riscos emergentes.

*Sistemas de tecnologia, sistemas de segurança (cibersegurança), sistemas e serviços de telecomunicações.*

Recentemente, as preocupações com as falhas de segurança da informação têm crescido no mundo. Essas falhas podem ter origem externa, como *malware* (vírus), *hacking* (invasão virtual), terrorismo cibernético, entre outras. Essas falhas também podem ter origem interna, por meio de atos intencionais e fraudulentos de empregados e contratados com o objetivo de obter vantagens pessoais.

A percepção da gravidade desse risco pela nossa administração aumentou significativamente ao longo do tempo. Além das questões de cibersegurança, nossas preocupações e ações visam melhorar a proteção e a privacidade dos dados pessoais que mantemos. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estamos sujeitos a penalidades nos casos de divulgação ou uso indevido de informações pessoais.

### Risco Carbono

O Acordo de Paris exige uma redução profunda nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e uma transformação do fornecimento de energia. Nossos cenários apontam para uma inequívoca transição energética e já são observadas alterações nos mercados de energia, por meio da regulação e alguns impactos físicos das mudanças climáticas na infraestrutura de empresas e países. Os líderes do setor vêm ampliando seus compromissos com a redução das emissões de carbono e a crescente demanda do mercado por transparência dos resultados relacionados às emissões GEE e aos impactos da transição para baixas emissões de carbono para as empresas.

O cenário prevê redução na demanda por combustíveis fósseis, precificação do carbono gerando custos mais elevados e segmentação de óleos e combustíveis de acordo com sua intensidade de carbono. Podem ser esperadas também maiores exigências quanto à transparência das ações relacionadas à transição para o baixo carbono, com potencial para gerar problemas de imagem, perda de investidores e maior dificuldade de acesso ao capital.

Ao mesmo tempo em que trabalhamos para salvaguardar uma posição financeira sólida no médio e longo prazos, também trabalhamos nossa competitividade para capturar potenciais oportunidades em renováveis de uma perspectiva de longo prazo. No curto e médio prazos, o Plano Estratégico 2021-2025 também contém dez compromissos de sustentabilidade, seis deles relacionados ao carbono com métricas claras e bem definidas.

Temos um programa corporativo de mitigação de emissões de gases de efeito estufa que visa garantir o cumprimento dos compromissos divulgados e faz parte de nossa previsão de investimento de US\$ 1 bilhão para compromissos ambientais entre 2021 e 2025. O programa envolve todas as nossas áreas operacionais e inclui ações relacionadas à redução da queima de gás natural, reinjeção de CO<sub>2</sub>, ganhos de eficiência energética e controle de perdas operacionais.

Os compromissos e ações do programa de mitigação de emissões de GEE são monitorados em diferentes níveis de governança, incluindo a alta administração. Em 2020, criamos a Gerência Executiva de Mudança Climática, reforçando a governança de carbono existente, composta também por comitês de assessoramento da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, além de diversos níveis de gestão que avaliam aspectos de carbono em nossas atividades.

### ***Pandemia por agentes infectantes***

Epidemias e pandemias de saúde pública, como a pandemia da Covid-19, podem impactar a saúde da nossa força de trabalho, de nossos parceiros e fornecedores, o que pode afetar nossa cadeia de suprimentos e nossas atividades, incluindo impacto em instalações, como plataformas, refinarias, terminais, entre outros. Isso pode ter um impacto negativo em nossos resultados e condição financeira. Uma pandemia tem o potencial de influenciar nossas atividades de várias maneiras, o que pode resultar em descontinuidade operacional, aumento de custos, redução de receitas, fornecimento comprometido, atrasos em processos e projetos, interrupção e/ou interdição de atividades. Além disso, epidemias e pandemias de saúde pública podem afetar os preços e a demanda do petróleo e, conseqüentemente, nossos resultados financeiros.

Estamos monitorando o risco de contágio em massa de nossos empregados próprios e terceirizados e constituímos uma EOR (Estrutura Organizacional de Resposta) para organizar ações e tomar decisões, adotando diferentes regimes de trabalho para reduzir a exposição, definindo formas de otimizar a operação dos ativos e unidades priorizados e provendo os recursos necessários para a continuidade operacional.

### **Instrumentos para proteção**

O nosso sistema de gestão de riscos está plenamente alinhado e coerente com nosso Plano Estratégico. Os riscos são considerados em todas as nossas decisões estratégicas e sua gestão é sempre realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios inerentes à diversificação. Uma vez identificados os riscos, as ações de resposta são avaliadas frente às possíveis consequências cumulativas de longo prazo e de longo alcance dos riscos, e priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor aos acionistas.

» **Riscos Operacionais:** entendemos que é possível trabalhar sem acidentes e é dever de todos cuidar da segurança, razão pela qual inserimos a meta compartilhada de segurança no sistema de avaliação de desempenho de todos os nossos gestores, incluindo o presidente e os diretores executivos.

A gestão deste risco dá-se a partir de rígidos programas de inspeções e manutenções em nossas instalações, além de um contínuo esforço de treinamento da nossa força de trabalho para o correto cumprimento de requisitos de segurança, de acordo com as melhores práticas internacionais.



Além disso, possuímos um Guia de Gerenciamento de Crise, alinhado às recomendações do Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3.

A gestão de riscos operacionais também perpassa a nossa gestão ativa de portfólio. Como a maioria dos projetos é caracterizada por um longo período de desenvolvimento, podemos enfrentar mudanças nas condições de mercado. A gestão destes riscos, por sua vez, ocorre a partir de um robusto processo de planejamento e de gestão da nossa carteira. Além disso, monitoramos continuamente a evolução do cenário externo e a nossa atuação junto aos nossos diversos públicos de interesse.

» **Riscos Financeiros:** *a gestão dos nossos riscos financeiros é sempre realizada de maneira integrada, privilegiando os benefícios inerentes à diversificação. Gerenciamos ativamente nossos riscos financeiros considerando nossos diversos fluxos operacionais, as aplicações das disponibilidades financeiras, condições de endividamento e demais posições em ativos, passivos, desembolsos e recebimentos para mitigar a exposição aos riscos de preços de commodities, moedas e juros. A contratação de derivativos também pode ser aplicada no tratamento destes riscos.*

As variações cambiais podem ter um impacto imediato sobre os nossos resultados e no aumento no valor da dívida, em função da desvalorização do real em relação ao dólar e do aumento da taxa de juros, exceto para uma parte de nossas obrigações em dólares, que estão sujeitas à política de contabilidade de hedge (proteção cambial) da Petrobras. De acordo com a nossa prática de contabilidade de hedge, as designações de hedge são feitas na medida em que as futuras exportações são consideradas altamente prováveis.

» **Riscos de Conformidade, Legais e Regulatórios:** *a gestão de riscos insere-se em nosso compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde exercemos a nossa atividade. Os riscos de conformidade, em especial os de fraude, corrupção, lavagem de dinheiro e de confiabilidade dos relatórios financeiros, são mitigados por meio de controles internos, da constante divulgação do nosso Código de Conduta Ética, do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) e outros instrumentos de prevenção por nós adotados.*

Em 2020, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva acompanharam periodicamente nossos principais resultados da gestão de riscos. Normalmente, na nossa tomada de decisão sobre questões relevantes são considerados de forma sistemática os riscos e as ações de resposta em cada alternativa de decisão.

## Nossos controles internos

Nossa administração é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos eficazes referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como pela avaliação da eficácia dos controles internos em nível de entidade, financeiros e de tecnologia da informação, referentes ao processo de preparação e divulgação das referidas demonstrações, com o objetivo de fornecer segurança razoável relativamente à confiabilidade do processo de preparação

e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Devido às suas limitações inerentes, o sistema de controle interno aplicado ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, independentemente de quão bem desenhado e executado, pode não prevenir ou detectar declarações inexatas em tempo hábil. Além disso, projeções de qualquer avaliação de eficácia em períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados, devido a mudanças em condições ou ao risco de que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos possa se deteriorar.

Nossa administração, com base nos critérios estabelecidos no Internal Control – Integrated Framework (2013), emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), procede à verificação do sistema de controles internos, os quais são autoavaliados anualmente pelos gestores, revisados quanto à adequação do desenho e testados quanto à sua eficácia.

Nossa administração avaliou a eficácia dos controles internos sobre os nossos relatórios financeiros em 31 de dezembro de 2020. Com base nessa avaliação, usando a classificação de deficiências de controle interno da norma brasileira NBC TA 265 (Norma Brasileira de Contabilidade 265), a administração concluiu que os controles internos sobre nossos relatórios financeiros foram efetivos em 31 de dezembro de 2020.

### **Estruturas organizacionais envolvidas**

Na composição da estrutura da nossa Diretoria Executiva de Governança e Conformidade (DGC), dispomos da Gerência Executiva de Conformidade, que é responsável por conduzir, anualmente, o processo de certificação de controles internos na Petrobras, cuja avaliação de efetividade também conta com a participação da Auditoria Interna, área vinculada ao Conselho de Administração.

O estabelecimento e a manutenção dos nossos controles internos referentes à preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como a avaliação da sua eficácia, é um processo executado pelos gestores, desenvolvido sob responsabilidade do presidente da Companhia e da Diretora Executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores e supervisionado pelo Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), órgão vinculado ao nosso Conselho de Administração.

Os auditores independentes avaliaram a adequação e a efetividade do sistema de controle interno sobre o processo de preparação e divulgação dos relatórios financeiros da Petrobras e, em seu relatório circunstanciado, preparado nos termos do artigo 25, ii, da Instrução CVM 308/1999, não foram apontadas deficiências significativas e/ou impactos relevantes. As recomendações de melhoria apontadas estão com seus planos de ação em execução pelos gestores, e são acompanhadas pela nossa administração.

Para mais informações, ver itens 5.1 a 5.3 e 10.5 do Formulário de Referência, disponível em nosso [\*\*site de Relações com Investidores\*\*](#) na internet.

# 6 FATORES DE RISCO

A natureza de nossas operações nos expõe a uma série de riscos que, individualmente ou em conjunto, podem ter um efeito em nosso desempenho financeiro. Os riscos aos quais estamos expostos foram classificados nos seguintes grupos: (i) riscos operacionais, (ii) riscos financeiros, (iii) riscos de conformidade, legais e regulatórios. Também estão descritos nessa seção os riscos associados ao Brasil e ao nosso relacionamento com o governo federal.

## **a. Riscos Operacionais:**

- a.1. A Companhia está exposta a riscos de segurança, meio ambiente e saúde em suas operações, que podem levar a acidentes, perdas significativas, processos administrativos e passivos judiciais.*
- a.2. Mudanças no ambiente competitivo do mercado brasileiro de petróleo e gás podem intensificar a exigência da Companhia por um nível de desempenho em linha com as melhores empresas globais do setor. A necessidade de adaptação a um ambiente cada vez mais competitivo e mais complexo pode comprometer a capacidade da Companhia de implementação de seu Plano Estratégico 2021-2025 ou quaisquer planos subsequentes adotados.*
- a.3. Falhas em nossos sistemas de tecnologia da informação, sistemas de segurança da informação (cybersecurity) e sistemas e serviços de telecomunicações podem impactar adversamente as operações e reputação da Companhia.*
- a.4. A seleção e o desenvolvimento dos projetos de investimento da Companhia possuem riscos que podem afetar seus resultados esperados.*
- a.5. A Fatores externos podem impactar o sucesso da implementação de nossas parcerias e gerenciamento de nosso portfólio.*
- a.6. Mudanças climáticas podem impactar o resultado e a estratégia da Companhia.*
- a.7. Manter os objetivos da produção de petróleo no longo prazo depende da capacidade da Companhia de obter e desenvolver com êxito as suas reservas.*
- a.8. A Companhia não possui seguro contra interrupção de negócios nas operações no Brasil e a maioria dos ativos não está segurada contra guerra ou sabotagem.*
- a.9. Greves, paralisações ou reivindicações trabalhistas por parte dos empregados da Companhia ou por empregados de seus fornecedores, empresas contratadas e demais setores podem afetar adversamente os resultados e o negócio da Companhia.*
- a.10. A Companhia conta com fornecedores de bens e serviços na operação e realização de seus projetos e, como resultado pode ser afetada adversamente por falha ou atrasos de tais fornecedores.*

*a.11. Os projetos e operações da Companhia podem afetar e serem afetados pelas expectativas e dinâmicas das comunidades onde ela atua, impactando os negócios, a imagem e a reputação da Companhia.*

*a.12. Eventos de escassez hídrica em algumas regiões onde a Companhia atua podem impactar a disponibilidade de água em quantidade ou qualidade necessárias às suas operações, bem como dificuldades na obtenção de outorgas de direito de uso de recursos hídricos, impactando a continuidade de negócios das unidades industriais da Companhia.*

*a.13. Mudanças no ambiente econômico, na indústria de petróleo e gás e em outros fatores resultaram, e poderão resultar, em substanciais reduções do valor contábil de alguns dos ativos da Companhia, o que pode afetar adversamente seus resultados e condição financeira.*

*a.14. A capacidade de desenvolver, se adaptar e ter acesso a novas tecnologias e aproveitar as oportunidades relacionadas à transformação digital é fundamental para a competitividade da Companhia.*

*a.15. As estimativas de reservas de petróleo e gás natural da Companhia envolvem certo grau de incerteza, o que pode afetar adversamente a sua capacidade de gerar receita.*

*a.16. A Companhia não é proprietária das acumulações de petróleo e gás natural no subsolo do Brasil.*

*a.17. Em decorrência da realização dos desinvestimentos e parcerias, a Companhia está exposta a riscos que podem levar a perdas financeiras não previstas.*

*a.18. A Companhia possui ativos e investimentos em outros países da América do Sul, onde a situação política, econômica e social pode impactar negativamente os seus negócios.*

*a.19. A atuação de empresas que possuem licença de uso das marcas da Companhia pode impactar negativamente a imagem e reputação da Companhia.*

## **b. Riscos Financeiros:**

*b.1. O fluxo de caixa e rentabilidade da Companhia estão expostos à volatilidade dos preços do petróleo, gás natural e derivados.*

*b.2. A Companhia tem passivos substanciais e pode estar exposta a restrições de liquidez significativas no curto e médio prazos, o que pode afetar materialmente e adversamente sua condição financeira e resultados.*

*b.3. A Companhia está vulnerável ao aumento do serviço da dívida resultante da depreciação do real em relação ao dólar americano e aumentos nas taxas de juros vigentes no mercado.*

*b.4. As obrigações com plano de pensão ("Petros") e assistência médica são estimativas, que são revisadas anualmente, e podem divergir das contribuições reais futuras devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, bem como mudanças nas premissas atuariais.*

*b.5. A Companhia está exposta a riscos de crédito de alguns de seus clientes e aos riscos de inadimplência associados. Qualquer falta de pagamento relevante ou descumprimento por alguns de seus clientes podem afetar adversamente o fluxo de caixa, resultados e condição financeira da Companhia.*

**c. Riscos de conformidade, legais e regulatórios:**

*c.1. A Companhia pode sofrer perdas e dedicar tempo e recursos financeiros na defesa de litígios e arbitragens pendentes.*

*c.2. A falha em prevenir, detectar em tempo hábil, ou corrigir comportamentos incompatíveis com princípios éticos e regras de conduta da Companhia pode ter um efeito material adverso sobre seus resultados e sua condição financeira.*

*c.3. A Companhia está sujeita ao risco de que os controles internos possam se tornar inadequados devido a mudanças no ambiente de controles, ou de que o grau de conformidade com suas políticas e procedimentos possa se deteriorar, o que pode gerar um impacto adverso sobre os negócios e operações e gerar reações negativas sobre a Companhia no mercado.*

*c.4. Qualquer descumprimento dos acordos que encerraram as investigações conduzidas pela SEC e pelo Departamento de Justiça dos EUA (DoJ) e eventuais investigações futuras sobre a possibilidade de não conformidade com a Lei Sobre Práticas de Corrupção no Exterior (Foreign Corrupt Practices Act) dos EUA podem afetar adversamente a Companhia. As violações dessa lei ou de outras leis podem obrigar a Companhia a pagar multas e expor a Companhia e seus empregados a sanções penais e ações cíveis.*

*c.5. A Companhia poderá enfrentar processos adicionais relacionados com a Operação Lava Jato no futuro.*

*c.6. Interpretações divergentes e inúmeras regulamentações ambientais, de saúde e segurança e normas da indústria que estão se tornando mais rigorosas podem resultar em aumento de gastos operacionais e de capital e em redução da produção.*

*c.7. Interpretações divergentes da legislação tributária ou mudanças na lei tributária podem causar um efeito adverso sobre a condição financeira da Companhia e sobre os seus resultados.*

*c.8. Diferenças de interpretações e novas exigências das agências reguladoras no setor da Companhia podem resultar na necessidade de aumento de investimentos, despesas e custos operacionais ou ainda provocar atrasos na produção.*

*c.9. A Companhia está sujeita a sanções ou a concessão de novas licenças e permissões ambientais, que podem resultar em atrasos na entrega de alguns de seus projetos e dificuldades para alcançar seus objetivos de produção de petróleo e gás natural.*

*c.10. Operações com partes relacionadas podem não ser devidamente identificadas e tratadas.*



*c.11. A Companhia pode ser obrigada judicialmente a garantir o fornecimento de produtos ou serviços para contrapartes inadimplentes.*

**d. Riscos associados ao Brasil e ao relacionamento da Petrobras com o governo federal:**

*d.1. A União Federal, como acionista controlador da Companhia, pode buscar certos objetivos macroeconômicos e sociais por intermédio da Companhia, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.*

*d.2. Fragilidade no desempenho da economia brasileira e mudanças regulatórias podem afetar negativamente o resultado das operações e o desempenho financeiro da Companhia e podem ter um efeito adverso relevante sobre ela.*

*d.3. Instabilidade no Ambiente Político Brasileiro.*

*d.4. Alegações de corrupção política contra membros do governo brasileiro podem criar instabilidade econômica e política.*

Estamos expostos a uma série de riscos de mercado inerentes às nossas operações, que compreendem, principalmente, os riscos de variações de índices macroeconômicos e de preços de mercadorias, taxas de câmbio e de juros. Além dos riscos de mercado, riscos de crédito e de liquidez também são considerados relevantes para a Companhia.

Condicionada à análise do ambiente de negócios e de perspectivas de realização do Plano Estratégico, a execução de estratégia de proteção ocasional através de instrumentos financeiros pode ser aplicável.

Para ver a descrição completa dos nossos Fatores de Risco, consultar o item 4.1 do Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Relações com Investidores](#) na internet.

# SISTEMA DE INTEGRIDADE

Nas relações com nossos diversos públicos, buscamos o comportamento ético por meio da disseminação de um conjunto de princípios éticos e compromissos de conduta, entre outras referências, que regulam a conduta dos nossos colaboradores. Temos como propósito empresarial “prover energia que assegure a prosperidade de forma ética, segura e competitiva” e reafirmamos nossos valores em nosso posicionamento estratégico, que representam nosso compromisso com as pessoas, a sociedade, parceiros e acionistas:



**Respeito à vida,  
às pessoas e ao  
meio ambiente**



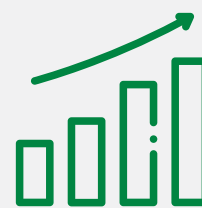
**Ética e  
transparência**



**Superação e  
confiança**



**Orientação do  
mercado**



**Resultados**

Para garantir um ambiente ético aos nossos negócios, trabalhamos para promover uma cultura de integridade, incluindo a prevenção, detecção e correção de incidentes de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, a gestão de nossos controles internos e a análise de integridade de gestores e contrapartes.

Temos uma política de *compliance* corporativa que descreve e divulga nossos compromissos com a promoção da transparência na condução dos nossos negócios de forma ética, com tolerância zero para fraude, corrupção e lavagem de dinheiro.

Para integrar e fortalecer as iniciativas de *compliance*, além da nossa política de *compliance*, também contamos com um Código de Conduta Ética, um Código de Conduta Concorrencial, um Guia de Conduta Ética para Fornecedores, uma comissão de ética e um programa de integridade denominado Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC).

## Código de Conduta Ética

Aprovado em 2020, o Código de Conduta Ética unifica o Código de Ética e o Guia de Conduta, seguindo as melhores práticas de integridade corporativa. O documento representa mais um passo para o fortalecimento da nossa cultura de integridade.

Nosso Código de Conduta Ética define os princípios éticos que orientam as ações do nosso sistema de integridade e nossos compromissos de conduta, tanto corporativos quanto de nossos empregados, explicando o sentido ético da nossa missão, da nossa visão e de nosso Plano Estratégico.

**Princípios:**

- » *Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente;*
- » *Integridade, transparência e meritocracia; e*
- » *Criação de valor.*

Nossos compromissos de conduta são: exemplo, responsabilidade, confiança, coragem, união, cooperação, inovação, melhoria contínua, resultados, reputação e transparência.

O Código de Conduta Ética se aplica aos membros do Conselho de Administração e seus comitês de assessoramento, membros do Conselho Fiscal, membros da Diretoria Executiva, empregados, estagiários, prestadores de serviços e qualquer pessoa que atue em nosso nome, incluindo nossas subsidiárias no Brasil e no exterior.

Tanto a força de trabalho quanto a Alta Administração são treinadas anualmente nos temas de ética e integridade constantes do Código de Conduta Ética. Essa iniciativa é mais uma medida para reforçar, cada vez mais, o conhecimento sobre os princípios éticos que norteiam nossas ações e compromissos de conduta e, ao mesmo tempo, atender a requisitos legais, como a Lei nº 13.303/2016 (art. 9, §1º).

Nosso Código de Conduta Ética está disponível em nosso [site](#).

**Código de Conduta Concorrencial**

A revisão do Código de Conduta Concorrencial foi aprovada pelo Conselho de Administração em maio de 2020. Resume a legislação aplicável, servindo de guia geral para os nossos gestores e empregados e fornece controle de procedimentos internos para garantir o cumprimento dos princípios e regras estabelecidos. A conformidade com o Código de Conduta Concorrencial é essencial para evitar penalidades por violações antitruste e práticas anticompetitivas de terceiros contra a Companhia.

Nosso Código de Conduta Concorrencial está disponível em nosso [site](#).

**Guia de Conduta Ética para os Fornecedores**

Em outubro de 2020, aprovamos o Guia de Conduta Ética para Fornecedores, com orientações sobre valores e comportamentos éticos. Este Guia se aplica a todos os nossos fornecedores, no Brasil ou no exterior, que estejam envolvidos em processos negociais, bem como aqueles que celebrem contratos, acordos e termos de cooperação conosco. O Guia de Conduta Ética para Fornecedores reafirma nossa tolerância zero a qualquer forma de fraude e corrupção, exigindo o mesmo posicionamento da nossa cadeia de suprimentos. O Guia de Conduta Ética para Fornecedores foi elaborado conforme as melhores práticas internacionais, e está alinhado às diretrizes do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI), ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) e ao Corporate Human Rights Benchmark (CHRB).

Nosso Guia de Conduta Ética para os Fornecedores está disponível em nosso [site](#).



## Diretoria de Governança e Conformidade

Contamos com uma Área de Governança e Conformidade, liderada por um diretor independente, com previsão expressa em Estatuto Social sobre a possibilidade de reporte direto ao Conselho de Administração. Desde 2014, o diretor executivo de Governança e Conformidade (DGC) é eleito a partir de uma lista de profissionais pré-selecionados por meio de uma empresa terceirizada especializada. Em caso de destituição, deverá ser observada a regra do quórum qualificado, prevista no Regimento Interno do Conselho de Administração.

O DGC, ao contrário de outros membros da Diretoria Executiva (DE), é responsável por emitir parecer quanto à conformidade processual de pautas submetidas à alta administração.

Questões com alto risco de *compliance*, de acordo com a nossa matriz de riscos de fraude e corrupção, requerem pareceres de conformidade. Em caso de parecer não favorável, a pauta não seguirá para deliberação da DE, devendo retornar ao seu emissor para enquadrá-la na conformidade requerida.

A cada trimestre, as atividades de governança e conformidade são reportadas à alta administração, permitindo a supervisão das ações de integridade e a recomendação de esforços para mitigar os riscos corporativos, incluindo aqueles relacionados a fraude e corrupção.

Já a nossa Comissão de Ética tem por finalidade promover a gestão da ética em nossa companhia e emitir recomendações, atuando como fórum para discussão e aprofundamento de temas relacionados à ética, além de tratar condutas em desacordo com as normas éticas pertinentes. A Comissão de Ética possui como uma de suas atribuições supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCA AF) e comunicar à Comissão de Ética Pública (CEP) situações que possam configurar descumprimento de suas normas.

## Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção

Nosso programa de integridade, denominado Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), é movido por ações contínuas de prevenção, detecção e correção de desvios éticos, incluindo fraude, corrupção e lavagem de dinheiro. O programa se destina aos nossos diversos públicos de interesse, tais como alta administração, clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público, empregados próprios e de empresas prestadoras de serviços.

No desempenho das nossas atividades no Brasil e no exterior, estamos sujeitos às leis anticorrupção nacionais e internacionais. Trabalhamos para melhorar continuamente nosso programa de integridade. Ele segue as melhores práticas e leis anticorrupção, especialmente a Lei nº 12.846/13 (Lei Brasileira Anticorrupção), a lei norte-americana de combate à corrupção (FCPA) e a lei de suborno do Reino Unido (U.K. Bribery Act).

De acordo com o PPPC, realizamos Due Diligence de Integridade (análise) das nossas contrapartes, buscando avaliar os riscos de integridade inerentes às nossas relações comerciais. Em 2020, avaliamos 3.101 contrapartes.

Além disso, realizamos Background Check de Integridade (levantamento de informações pessoais) para candidatos indicados por nós para atuar em posições-chave em nossa empresa e em nossas participações societárias. Esse procedimento visa auxiliar os gestores na tomada de decisões, considerando o grau de exposição aos riscos de integridade, e propor medidas de mitigação. Em 2020, conduzimos 6.790 avaliações de integridade para posições-chave.

### **Ouvidoria-Geral, Canal de Denúncia e Portal da Transparência**

A Ouvidoria-Geral é responsável por receber denúncias, solicitações de informação, reclamações, pedidos, consultas, elogios e sugestões de todas as nossas partes interessadas de uma maneira confidencial, livre e acessível. Vinculada ao nosso Conselho de Administração, o que lhe assegura independência e imparcialidade, a Ouvidoria-Geral interage com as áreas pertinentes, visando fortalecer e promover o atendimento a demandas e contribuir para a melhoria dos processos internos.

Por meio de nossa Ouvidoria-Geral, oferecemos aos nossos públicos um Canal de Denúncia externo e independente para o recebimento de denúncias, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas por dia, em todos os dias do ano. Nos casos de denúncias, a proteção aos denunciantes se dá na preservação da confidencialidade dos relatos recebidos e no recebimento de relatos anônimos.

A Ouvidoria-Geral apresenta trimestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário as denúncias de incidente de conformidade de maior risco. Além disso, apresenta semestralmente ao Comitê de Auditoria Estatutário e anualmente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração informações quantitativas e qualitativas, fornecendo subsídios para o aprimoramento da gestão.

# 8 PRINCIPAIS RESULTADOS

**E**m 2020, a execução da estratégia lançada em janeiro de 2019 foi acelerada, assim como a transformação digital para dar suporte aos esforços para reduzir custos e melhorar a eficiência e a segurança operacional. O trabalho de times ágeis e multidisciplinares foi decisivo para alavancar nossos principais recursos e melhorar a nossa resiliência.

As informações financeiras contidas a seguir são relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) divulgadas em 24 de fevereiro de 2021.

## Análise da Demonstração de Resultado Consolidado – Exercício 2020 x 2019

Em R\$ milhões	2020	2019	Análise vertical		Análise horizontal 2020 x 2019	
			2020	2019	R\$	%
Receita de vendas	272.069	302.245	100,0	100,0	(30.176)	(10,0)
Custo dos produtos e serviços vendidos	(148.107)	(180.140)	(54,4)	(59,6)	32.033	(17,8)
Lucro bruto	123.962	122.105	45,6	40,4	1.857	1,5
Vendas	(25.020)	(17.746)	(9,2)	(5,9)	(7.274)	41,0
Gerais e Administrativas	(5.525)	(8.368)	(2,0)	(2,8)	2.843	(34,0)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(4.170)	(3.197)	(1,5)	(1,1)	(973)	30,4
Custos com pesquisa e desenvolvimento	(1.819)	(2.268)	(0,7)	(0,8)	449	(19,8)
Tributárias	(4.971)	(2.484)	(1,8)	(0,8)	(2.487)	100,1
Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(34.259)	(11.630)	(12,6)	(3,8)	(22.629)	194,6
Outras receitas (despesas), líquidas	4.695	4.742	1,7	1,6	(47)	(1,0)

Despesas (Receitas) Operacionais	(71.069)	(40.951)	(26,1)	(13,5)	(30.118)	73,5
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos	52.893	81.154	19,4	26,9	(28.261)	(34,8)
Receitas financeiras	2.821	5.271	1,0	1,7	(2.450)	(46,5)
Despesas financeiras	(31.108)	(27.878)	(11,4)	(9,2)	(3.230)	11,6
Var. monetárias e cambiais líquidas	(21.297)	(11.852)	(7,8)	(3,9)	(9.445)	79,7
Resultado financeiro líquido	(49.584)	(34.459)	(18,2)	(11,4)	(15.125)	43,9
Resultado de participações em investidas	(3.272)	547	(1,2)	0,2	(3.819)	(698,2)
Lucro antes dos impostos	37	47.242	0,0	15,6	(47.205)	(99,9)
Imposto de renda e contribuição social	6.209	(16.400)	2,3	(5,4)	22.609	(137,9)
Lucro do exercício das operações continuadas	6.246	30.842	2,3	10,2	(24.596)	(79,7)
Lucro do exercício das operações descontinuadas	0	10.128	0,0	3,4	(10.128)	(100)
Lucro do exercício	6.246	40.970	2,3	13,6	(34.724)	(84,8)
<b>Atribuível aos:</b>						
Acionistas da Petrobras	7.108	40.137	2,6	13,3	(33.029)	(82,3)
Acionistas não controladores	(862)	833	(0,3)	0,3	(1.695)	(203,5)
<b>Lucro do exercício</b>	<b>6.246</b>	<b>40.970</b>	<b>2,3</b>	<b>13,6</b>	<b>(34.724)</b>	<b>(84,8)</b>

As principais variações da demonstração de resultado se encontram abaixo descritas:

## Receita de Vendas

Receita de vendas de R\$ 272.069 milhões, R\$ 30.176 milhões inferior à de 2019 (R\$ 302.245 milhões), refletindo:

- » *redução da receita no mercado interno (R\$ 36.147 milhões), principalmente por:*
  - *redução dos preços médios dos derivados, com destaque para o diesel, a gasolina, a nafta e o QAV (querosene de aviação), acompanhando a redução das cotações internacionais;*
- » *menor volume de vendas de derivados, com destaque:*
  - *QAV, em função das restrições impostas pela pandemia;*
  - *diesel, decorrente do aumento das vendas por importadores e das restrições ao transporte de passageiros e cargas devido à pandemia, compensados em parte pelas ações comerciais realizadas em 2020;*
  - *gasolina, devido às restrições à mobilidade impostas pela pandemia, e à perda de market share (fatia de mercado), compensados em parte pelas ações comerciais realizadas em 2020; e*
  - *efeitos compensados em parte pelos maiores volumes de nafta, devido à redução das importações diretas da Braskem, e de GLP (gás liquefeito de petróleo), em virtude do isolamento social, aumentando o consumo residencial do derivado, e das temperaturas mais baixas, fomentando maior consumo.*
- » *menor receita de gás natural, em função da redução das demandas dos segmentos termelétrico e não termelétrico.*

A maior receita com exportações reflete os maiores volumes de exportações de petróleo, em função, em grande parte, da maior produção de óleo no Brasil e da retração do mercado interno, bem como de derivados, principalmente óleo combustível de baixo teor de enxofre. Esses efeitos foram compensados em parte pelos menores preços, acompanhando a redução das cotações internacionais.

A redução das receitas de vendas no exterior retrata, principalmente, a venda das empresas de distribuição no Paraguai e da Refinaria de Pasadena e os menores volumes comercializados em função do impacto da pandemia, assim como os menores preços realizados, em razão da desvalorização das cotações internacionais.

Com a redução da participação no capital social da Petrobras Distribuidora (BR), ocorrida em 25 de julho de 2019, a empresa deixou de ser consolidada. As vendas para a BR representam mais que 10% do total de vendas da Companhia, impactando principalmente o segmento de Refino, Transporte e Comercialização (RTC).

## Custo dos produtos vendidos

Custo dos produtos vendidos de R\$ 148.107 milhões, R\$ 32.033 milhões inferior ao de 2019 (R\$ 180.140 milhões), com destaque para os seguintes fatores:

- » *revisão atuarial do plano de saúde referente à alteração de benefício, com impacto positivo em 2020;*
- » *menores custos com produtos importados e com participação governamental, acompanhando a redução das cotações internacionais;*
- » *menor participação do óleo importado na carga processada nas refinarias e de derivados importados no mix das vendas, com destaque para o diesel e a gasolina;*
- » *menores custos de aquisição do gás boliviano, em função da variação da cesta de óleos, e de parceiros, acompanhando a redução das cotações; e;*
- » *menores custos com operações no exterior, em razão das vendas de empresas de distribuição no Paraguai e da Refinaria de Pasadena e das menores cotações internacionais.*

## **Despesas com Vendas**

Despesas de vendas de R\$ 25.020 milhões, R\$ 7.274 milhões superiores às de 2019 (R\$ 17.746 milhões), retratando os maiores gastos com transporte de gás, aumento dos gastos logísticos em razão do maior volume de exportações de petróleo e derivados, desvalorização média do real frente ao dólar e do custo mais elevado da tarifa de frete, compensados parcialmente pela revisão atuarial do plano de saúde referente à alteração de benefício, com impacto positivo em 2020.

## **Despesas Gerais e Administrativas**

Despesas gerais e administrativas de R\$ 5.525 milhões, R\$ 2.843 milhões inferiores a 2019 (R\$ 8.368 milhões), refletindo, principalmente, a revisão atuarial do plano de saúde referente à alteração da coparticipação do benefício, com impacto positivo em 2020, e os menores gastos com salários e encargos trabalhistas em função da redução do efetivo, bem como os menores gastos com serviços de terceiros.

## **Custos exploratórios**

Custos exploratórios para extração de petróleo e gás natural de R\$ 4.170 milhões, R\$ 973 milhões superiores a 2019 (R\$ 3.197 milhões), decorrentes dos maiores gastos com projetos sem viabilidade econômica, com destaque, no exercício de 2020, à baixa de poços exploratórios do Parque dos Doces na Bacia do Espírito Santo (R\$ 973 milhões) e do bônus de assinatura do bloco exploratório de Peroba (R\$ 800 milhões).

No exercício de 2020, a Petrobras reconheceu provisões decorrentes de potenciais penalidades contratuais pelo não atendimento aos percentuais mínimos exigidos de conteúdo local para 186 blocos com fase exploratória encerrada (125 blocos em 2019).

## Perda no valor de recuperação de ativos – *Impairment*

Perda por *impairment* de ativos de R\$ 34.259 milhões, R\$ 22.629 milhões superior a 2019 (R\$ 11.630 milhões), em função, principalmente, pelo declínio consistente, assim como a demanda global por derivados motivados pela pandemia, levando a companhia a antecipar a aprovação de um novo conjunto de premissas frente àquelas aprovadas no Plano Estratégico 2020-2024, bem como tomar a decisão de hibernar campos maduros não resilientes frente a este novo cenário, compensados pela aprovação do Plano Estratégico 2021-2025, que trouxe a revisão de suas reservas, incorporando e atualizando novas curvas de produção, revisão do portfólio de projetos, estimativas atualizadas sobre as premissas econômicas, dentre outros.

## Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais de R\$ 4.695 milhões, R\$ 47 milhões inferiores, quando comparada às despesas em 2019 (R\$ 4.742 milhões), com destaque para:

- » *ganho oriundo da decisão favorável e definitiva da exclusão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da base de cálculo do PIS/COFINS (Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) em 2020;*
- » *maiores ganhos com ressarcimentos com operações em parcerias de E&P;*
- » *impacto positivo na revisão atuarial do plano de saúde referente à alteração de benefício, principalmente inativos;*
- » *maior receita com equalizações de gastos com Acordos de Equalização de Gastos e Volumes (AEGV) das jazidas compartilhadas de Tupi, Sépia e Atapu;*
- » *menores ganhos líquidos com alienação e baixa de ativos;*
- » *maior ganho com encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamentos;*
- » *menor provisão para perdas e contingências com processos judiciais, em função, principalmente: i) menor perda relacionada à arbitragem de quotistas da Sete Brasil, comparada à provisão para perda em 2019; ii) menor provisão para perda referente ao dano ambiental ocorrido no Estado do Paraná – OSPAR (Oleoduto Santa Catarina – Paraná); iii) reversão de provisão para perda referente à concessionária SERGAS (Sergipe Gás S.A.) no primeiro trimestre de 2020; em razão do acordo homologado entre a cia, a SERGAS e o estado de SE relacionado a lucros cessantes reclamados pela SERGAS. Esses fatores foram compensados em parte pelas provisões para perdas realizadas em 2020, com destaque: i) multa relativa à obrigação acessória de ICMS; ii) provisão relacionada ao acordo com a Technip, referente a contrato de engenharia firmado para a execução da carteira de diesel da RPBC;*



- » maiores provisões relacionadas ao Plano de Desligamento Voluntário (PDV), em razão do maior número de inscritos e atualização das provisões decorrente do aumento do valor da indenização; e
- » maiores gastos com paradas não programadas e gastos pré-operacionais.

## **Resultado Financeiro Líquido**

Resultado financeiro líquido negativo de R\$ 49.584 milhões, R\$ 15.125 milhões superior a 2019 (R\$ 34.459 milhões), em razão de:

### **1. Acréscimo nas despesas financeiras líquidas, com destaque para:**

- » maiores custos com ágio na recompra de títulos de dívidas no mercado de capitais;
- » menores ganhos com aplicações financeiras e títulos públicos;
- » redução das receitas com juros do contas a receber do setor elétrico, em razão da venda dos recebíveis;
- » menores receitas com atualização financeira sobre os depósitos judiciais;
- » menores encargos financeiros capitalizados, refletindo a menor taxa média de capitalização, compensado em parte pelo ligeiro aumento no saldo médio de ativos em construção;
- » ganho com setor elétrico em 2019; e
- » menores custos com deságio referente à antecipação de recebíveis do setor elétrico.

### **2. Variação monetária e cambial negativa maior ocasionada por:**

- » maior reclassificação da variação cambial negativa acumulada no patrimônio líquido para o resultado pela realização das exportações protegidas no âmbito da contabilidade de hedge (proteção), incluindo uma perda adicional, registrada principalmente no primeiro trimestre de 2020, por conta de exportações que deixaram de ser previstas;
- » maior despesa com variação cambial real x dólar, refletindo, em grande parte, a desvalorização de 28,9% em 2020 do real frente ao dólar sobre a exposição cambial da companhia; e
- » maior despesa com variação cambial dólar x euro, devido à desvalorização de 9,2% do dólar frente ao euro sobre uma exposição passiva em 2020, comparada à valorização de 1,9% no ano anterior, compensado em parte pela menor perda com resultado de operações de derivativos (NDF – Non Deliverable Forward ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física).



Estes efeitos foram compensados em parte por: (i) ganho com atualização monetária oriundo da decisão judicial favorável e definitiva (transitado em julgado) da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS na Petrobras e em duas subsidiárias; e (ii) ganho com atualização monetária do contas a receber referente à conta petróleo e álcool, decorrente de decisão judicial favorável transitada em julgado, sobre a ação do índice de atualização monetária utilizado sobre o valor do contas a receber.

## Resultado de participações em investidas

Resultado de participação em investimentos negativo de R\$ 3.272 milhões, R\$ 3.819 milhões inferior a 2019 (positivo de R\$ 547 milhões), em virtude, em grande parte, do menor resultado apurado:

- 1. na Braskem, refletindo principalmente as provisões pelo fechamento dos poços sal-gema;*
- 2. na BR Distribuidora, refletindo, principalmente, a aprovação do Conselho de Administração relativa à alienação da totalidade da participação acionária remanescente (37,5%). Nesse contexto, por ser maior que o valor justo, a companhia avaliou a recuperabilidade do investimento com base no valor em uso, mas considerando o cenário que contempla a intenção de venda das ações, implicando em reconhecimento de perdas por impairment;*
- 3. na MP Gulf, impactado pelo reconhecimento de perda por impairment, em razão, em grande parte, da desvalorização das cotações internacionais e pelos efeitos da pandemia.*

## Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social positivo de R\$ 6.209 milhões, R\$ 22.609 milhões superior a 2019 (negativo de R\$ 16.400 milhões), em razão, principalmente, das maiores perdas por *impairment* e do pior resultado financeiro, em função da maior desvalorização do real frente ao dólar sobre a exposição em dólar, ocasionando o diferimento do IR (Imposto de Renda) e CS (contribuição social), compensado pela revisão atuarial do plano de saúde, que não é base para o cálculo do IR e CS.

## Lucro Líquido das operações descontinuadas

O lucro líquido da operação descontinuada refere-se ao *follow-on* (oferta subsequente) da BR Distribuidora concluído no terceiro trimestre de 2019. No exercício de 2020 não há operações descontinuadas.

Os comentários dos nossos diretores executivos referentes às nossas demonstrações financeiras de 2020 estão disponíveis no item 10 do Formulário de Referência e nas Demonstrações Financeiras da Petrobras, disponíveis em nosso [site de Relações com Investidores na internet](#).

# 9 GOVERNANÇA CORPORATIVA

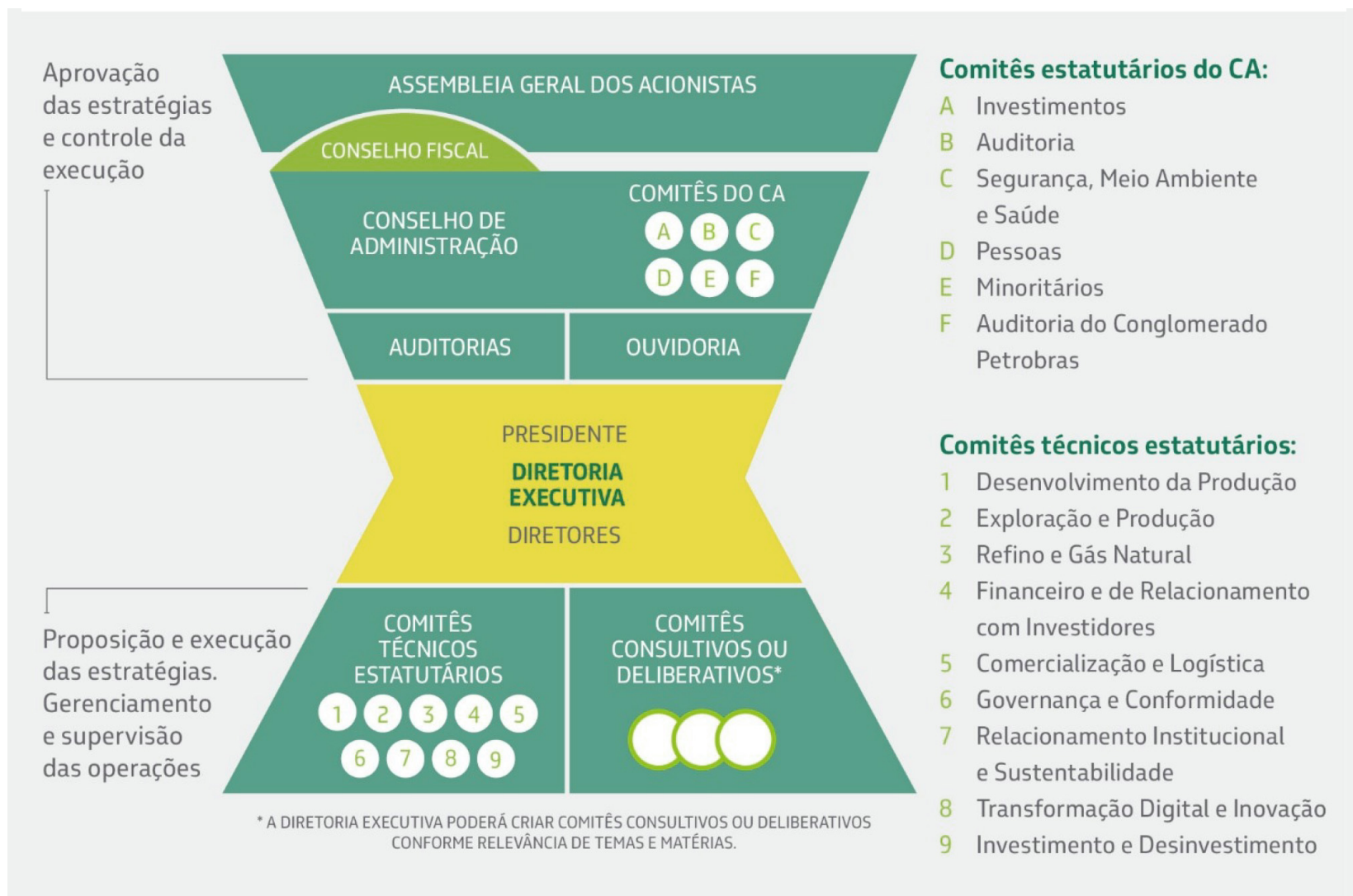
**A**s boas práticas de governança corporativa e *compliance* constituem um pilar de sustentação para os nossos negócios. Nossa prioridade é atuar sempre orientados pela ética, pela integridade e pela transparência. Nosso modelo de governança, expresso em nossa Política de Governança Corporativa e Societária, tem como objetivo contribuir para: (i) garantir a nossa sustentabilidade e a perenização das melhores práticas de governança; (ii) aprimorar o processo decisório na alta administração; (iii) aprimorar os nossos processos de planejamento, controles e desempenho; (iv) aumentar a transparência e a divulgação de informações; (v) fortalecer a nossa imagem institucional e a nossa reputação; e (vi) gerar valor para os acionistas e demais partes interessadas, de forma ética e sustentável.

Esse modelo tem seu funcionamento orientado pelos seguintes princípios: (i) transparência; (ii) respeito e tratamento equânime aos acionistas e demais partes interessadas; (iii) prestação de contas; (iv) responsabilidade econômica, social e ambiental; e (v) respeito aos requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atuamos.

Neste sentido implementamos, nos últimos anos, diversas medidas de governança e conformidade, criamos um canal de denúncia independente e avaliamos mecanismos de combate à fraude e corrupção, estendendo estes critérios aos nossos colaboradores e fornecedores, por meio de instrumentos e princípios éticos.

## Nossa estrutura de governança

Nossa estrutura de governança corporativa é composta por: Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração (CA) e seus comitês (Comitês do CA), Auditorias (Interna e Externa), Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva e seus comitês.



## Conselho de Administração

Órgão colegiado de orientação e direção superior da Petrobras, responsável por fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, definindo sua missão, seus objetivos estratégicos e diretrizes, bem como monitorar sua execução e gestão pela Diretoria Executiva. É composto por, no mínimo, sete e, no máximo, onze membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com prazo de gestão unificado, que não poderá ser superior a dois anos, admitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

As indicações para o Conselho de Administração devem observar as vedações e requisitos previstos na legislação e em nosso Estatuto Social e Política de Indicação. As indicações para o Conselho de Administração são previamente apreciadas pelo Comitê de Pessoas, que auxilia os acionistas na indicação de administradores e Conselheiros Fiscais, opinando sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições.

Nosso Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 40% de membros independentes, enquanto a Lei 13.303/16 e o regulamento do Nível 2 da B3 exigem, respectivamente, 25% e 20%. Atualmente temos 70% de membros independentes, sendo que os critérios de independência deverão respeitar os termos do artigo 22, §1º, da Lei nº 13.303/2016, do artigo 36, §1º, do Decreto nº 8.945/2016 e do Regulamento do Nível 2, respeitando-se o critério mais rigoroso, em caso de divergência entre as regras.

Nosso Conselho de Administração conta com seis comitês de assessoramento, órgãos estatutários de caráter permanente, com a missão assessorá-lo no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior da Companhia.

Os comitês poderão ser compostos por membros do Conselho de Administração e/ou por profissionais de mercado de notória experiência e capacidade técnica. Veja a seguir as principais atribuições dos comitês de assessoramento do nosso Conselho de Administração:

**Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (CSMS):** assessorar o CA no estabelecimento de políticas e diretrizes relacionadas à gestão estratégica de SMS, mudanças climáticas, transição para uma economia de baixo carbono, responsabilidade social, entre outros assuntos. Esse comitê também monitora indicadores de SMS e pesquisas de imagem e reputação, sugerindo ações quando necessário.

**Comitê de Investimentos (COINV):** assessorar o CA sobre plano de negócios e demais questões de natureza estratégica, incluindo políticas financeiras, e monitorar suas respectivas execuções. Esse comitê também é responsável por assessorar o CA com relação aos riscos e estratégias referentes a oportunidades de negócios, investimentos e desinvestimentos.

**Comitê de Auditoria Estatutário (CAE):** assessorar o CA em questões envolvendo contabilidade, controles internos, relatórios financeiros e conformidade. O CAE também recomenda a nomeação dos auditores independentes para o Conselho de Administração e avalia a eficácia dos controles internos e de conformidade legal.

**Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado (CAECO):** criado para atender aos requisitos da Lei nº 13.303/16, que prevê a possibilidade de as sociedades controladas compartilharem os custos e as estruturas de suas respectivas controladoras. É responsável por ser o comitê de auditoria das sociedades do Conglomerado Petrobras que não possuem comitê de auditoria local.

**Comitê de Pessoas (COPE):** auxiliar o CA em todos os aspectos relacionados à gestão de recursos humanos da alta administração, incluindo, mas não se limitando a: remuneração (fixa e variável), progressão de carreira, nomeações e políticas de sucessão, bem como seleção e elegibilidade.



## RAIO-X CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

» **10 membros**

---

» **7 membros independentes e não executivos**

---

» **3 mulheres**

---

» **1 representante dos empregados**

---

» **Vedação de acúmulo das funções de presidente do CA e CEO**

---

Conheça **aqui** nossos conselheiros de administração.

O Comitê de Pessoas atua, em conformidade com a Lei nº 13.303/12 e o Decreto nº 8.945/16, no assessoramento dos acionistas quanto à indicação de membros para o CA e Conselho Fiscal. O Comitê de Pessoas atua, ainda, como última instância recursal de procedimentos disciplinares.

**Comitê de Minoritários (COMIN):** assessorar o CA em transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas autarquias e fundações e empresas estatais federais, incluindo o acompanhamento da revisão do Contrato de Cessão Onerosa. O COMIN também realiza o aconselhamento dos acionistas, emitindo parecer sobre determinados assuntos de competência da Assembleia Geral, na forma do art.30, §4º do nosso Estatuto Social.

A composição e as regras de funcionamento dos comitês de assessoramento ao nosso Conselho de Administração são disciplinadas em regimentos internos próprios, aprovados pelo Conselho, disponíveis em nosso [site de Relações com Investidores na internet](#).

## Diretoria Executiva

É o órgão responsável pela gestão dos nossos negócios, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria Executiva é composta por um presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e oito diretores executivos, eleitos pelo Conselho para um prazo de gestão unificado de até dois anos sendo permitidas, no máximo, três reeleições consecutivas.

Os membros da Diretoria Executiva são responsáveis por gerir suas respectivas áreas de contato, conforme atribuições previstas no Plano Básico de Organização, bem como por meio de reuniões da Diretoria Executiva.

O presidente e os diretores executivos são escolhidos pelo Conselho de Administração, a quem também compete destituí-los, observando as vedações e os requisitos previstos na legislação e em nosso Estatuto Social e na Política de Indicação. Conforme previsto no Estatuto, o presidente será escolhido pelo Conselho de Administração, dentre seus membros.

Os indicados para os cargos de presidente e diretores executivos passam por análises internas para verificar o cumprimento dos requisitos legais, além daqueles previstos no Estatuto Social e na Política de Indicação.

Adicionalmente, visando reforçar a crescente importância e representatividade das atividades relativas à transição para baixo carbono, emissões e desempenho energético na Companhia, foi criada em 2020 a gerência executiva de Mudança Climática, transformando a diretoria de Relacionamento Institucional em Relacionamento Institucional e Sustentabilidade.

**Comitês Técnicos Estatutários (CTE):** são órgãos colegiados, de caráter consultivo, previstos no Estatuto Social, compostos por titulares da estrutura geral da Companhia, e com vínculo de assessoramento a um membro da Diretoria Executiva.



Os membros da Diretoria Executiva contam com até oito Comitês Técnicos Estatutários de assessoramento, com atribuições específicas de análise e recomendação sobre determinadas matérias, na forma do respectivo regimento interno, observado o disposto no artigo 160 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976).

Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Técnicos Estatutários:

- » *Comitê Técnico Estatutário de Desenvolvimento da Produção;*
- » *Comitê Técnico Estatutário de Exploração e Produção;*
- » *Comitê Técnico Estatutário de Refino e Gás Natural;*
- » *Comitê Técnico Estatutário Financeiro e de Relacionamento com Investidores;*
- » *Comitê Técnico Estatutário de Comercialização e Logística;*
- » *Comitê Técnico Estatutário de Governança e Conformidade;*
- » *Comitê Técnico Estatutário de Relacionamento Institucional e Sustentabilidade; e*
- » *Comitê Técnico Estatutário de Transformação Digital e Inovação.*

Adicionalmente, a Diretoria Executiva conta com o assessoramento do Comitê Técnico Estatutário de Investimento e Desinvestimento, a ela vinculado, para os assuntos relacionados ao acompanhamento e execução de projetos de investimento e de desinvestimento da Companhia.

A composição e as regras de funcionamento dos Comitês Técnicos Estatutários são disciplinadas em regimento aprovado pelo Conselho de Administração, disponível em nosso [site de Relações com Investidores](#) na internet.

A Diretoria Executiva também pode criar comitês de natureza deliberativa ou consultiva, vinculados a este órgão ou diretamente a um de seus membros. Esses comitês são compostos por gestores de diferentes áreas da Companhia, de forma a garantir uma visão multidisciplinar nas análises e discussões das matérias, bem como no processo de tomada de decisão.

A composição e as regras de funcionamento desses comitês, denominados Comitês Executivos, são disciplinadas em regimentos aprovados pela Diretoria Executiva.

Atualmente, estão em funcionamento os seguintes Comitês Deliberativos e Consultivos:

- » *Comitê Executivo de Riscos; e*
- » *Comitê Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde.*

## **Conselho Fiscal**

É um órgão colegiado, de caráter permanente, não integrante da administração, ao qual cabe fiscalizar o cumprimento dos deveres legais e estatutários dos administradores e defender os interesses da Petrobras e de seus acionistas.

O Conselho Fiscal é atualmente composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com prazo de atuação de um ano, permitidas duas reeleições consecutivas.

São realizadas reuniões periódicas conjuntas entre o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria Estatutário, cuja pauta reflete os principais acontecimentos da Companhia, principalmente com relação à administração de riscos e governança.

## Outras boas práticas de governança



Cabe ao Conselho de Administração da Petrobras avaliar, anualmente, o desempenho individual e coletivo do Conselho de Administração e seus comitês, bem como da Diretoria Executiva. Os critérios e a metodologia para avaliação anual são definidos pelo CA, com suporte do Comitê de Pessoas.



Todos os novos administradores e membros do Conselho Fiscal participam, por ocasião de sua posse, de treinamentos específicos oferecidos pela Companhia, que visam possibilitar uma compreensão ampla acerca dos desafios, deveres e responsabilidades atinentes aos cargos, em uma empresa do porte e complexidade da Petrobras. Adicionalmente, administradores e conselheiros fiscais participam de treinamento anual, que visa oferecer capacitação continuada abordando temas relevantes para atuação em suas respectivas funções.



Temos um Canal de Denúncia externo e independente para o recebimento de denúncias, disponível nos idiomas português, inglês e espanhol, 24 horas por dia, em todos os dias do ano. <https://www.contatoseguro.com.br/petrobras>.



A remuneração variável do presidente e diretores é definida com base no atingimento das metas corporativas e individuais, definidas e avaliadas pelo Conselho de Administração. Pagamento diferido em 5 anos, desde que seus pré-requisitos e as metas estabelecidas sejam alcançados.



As principais decisões da Companhia são tomadas de forma colegiadas (Conselho de Administração, Diretoria Executiva e comitês) ou compartilhadas, sendo necessário pelo menos dois gestores para aprovação do ato. Esse modelo de decisão baseia-se no *four-eye principle* (princípio dos quatro olhos), que aumenta a transparência e o controle de nosso processo decisório.

Informações adicionais sobre nossa governança corporativa podem ser encontradas no Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa (CBGC), apresentado anualmente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em atendimento à Instrução CVM 480/09, por meio do sistema eletrônico Empresas.Net, disponível no site da CVM.

O CBGC apresenta princípios, fundamentos e práticas recomendadas para a governança corporativa de companhias abertas e adota o modelo “pratique ou explique”, adotado por diversos países, como Reino Unido, Alemanha e Holanda.

Nosso Formulário de Referência também fornece a descrição completa de nossa estrutura administrativa, principais atribuições dos nossos órgãos de governança e mudanças significativas ocorridas no exercício de 2020, nos itens 8.2, 12.1 a 12.3 e 12.12. O Formulário e nossos principais instrumentos de governança corporativa estão disponíveis em nosso [site de Relações com Investidores](#) na internet.



## REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos membros da nossa Diretoria Executiva é composta de uma parcela fixa e outra variável. Os objetivos e práticas de remuneração são definidos considerando referenciais de mercado para empresas de porte semelhante ao nosso e visam reconhecer e remunerar os membros da DE, considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional, bem como o desempenho e os esforços dos administradores para o atingimento das nossas estratégias e metas de curto, médio e longo prazos.

A remuneração fixa da DE é composta por honorários mensais propostos pelo Comitê de Pessoas (COPE) ao Conselho de Administração e definidos anualmente pela Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações).

Foi aprovado pelo CA, a partir de 2019, um novo modelo de remuneração variável: o Programa Prêmio por Performance (PPP), que, alinhado ao Plano Estratégico, valoriza a meritocracia, a eficiência e está atrelado ao desempenho individual e ao resultado das áreas, além do atingimento das nossas métricas de desempenho. Como condição para o pagamento do PPP 2019, deveríamos apresentar lucro líquido acima de R\$ 10 bilhões no exercício de 2019, o que efetivamente ocorreu, conforme demonstrações financeiras anuais divulgadas em 19/02/2020.

Tendo em vista que todos os pré-requisitos do programa foram atendidos, em abril/2021 foi realizado o pagamento da remuneração variável referente ao exercício 2020, após aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Conforme aprovado pelo CA e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), o pagamento ocorrerá de forma diferida, ao longo de 5 anos, realizado da seguinte forma: 60% do valor do programa será pago em uma parcela à vista. O saldo de 40% será pago em quatro parcelas diferidas anuais, cujo valor será simbolicamente convertido na quantidade correspondente de ações ordinárias da Petrobras (PETR3), utilizando como valor-base a média ponderada dos últimos 60 pregões do exercício de referência do Programa; portanto, sem entrega de ações escriturais.

A remuneração fixa do Conselho de Administração é composta por honorários mensais propostos pelo Comitê de Pessoas ao Conselho de Administração e definidos anualmente em Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e com a Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996. Os objetivos e práticas de remuneração visam remunerar os nossos conselheiros de acordo com as orientações e normas aplicáveis às estatais federais.

O presidente da Companhia é membro do Conselho de Administração, no entanto esta participação não é remunerada.

Além disso, conforme estabelece o art. 38, § 8º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, os membros do Conselho de Administração que participarem do Comitê de Auditoria e do Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras renunciarão à remuneração de conselheiro de administração. Atualmente, cinco membros do Conselho de Administração são integrantes do Comitê de Auditoria e/ou do Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras.

A remuneração fixa do Conselho Fiscal é composta por honorários mensais definidos anualmente em Assembleia Geral, de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e com a Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996. Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os nossos conselheiros de acordo com as orientações e normas aplicáveis às estatais federais.

Conforme orientação da SEST, a remuneração pela participação nos comitês de assessoramento do Conselho de Administração não deve ser incluída na remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia.

Os honorários mensais dos membros integrantes do Comitê de Auditoria e do Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras correspondem a 40% para o presidente do comitê e 30% para os demais membros, da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a férias e benefícios, em atendimento ao que dispõe o art. 38, § 8º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, estando, portanto, vinculados ao reajuste de tais honorários, já descritos acima.

Os honorários mensais dos membros integrantes dos demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração, por participação em comitê, correspondem a 50% dos honorários mensais dos conselheiros de administração, estando, portanto, vinculados ao reajuste de tais honorários, já descritos acima.

A Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 14 de abril de 2021, deliberou a respeito da remuneração global dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) para o período de abril de 2021 a março de 2022.

Foi fixado em até R\$ 47.059.396,55 o montante global a ser pago aos administradores da Petrobras, no período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022; b) fixadas em até R\$ 1.235.599,05 a remuneração total a ser paga aos conselheiros fiscais, em até R\$ 2.471.198,03 a remuneração total a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário, em até R\$ 3.953.916,85 a remuneração total a ser paga ao Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado; e em até R\$ 1.976.958,43 a remuneração dos demais comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração, no período compreendido entre abril de 2021 e março de 2022.

Em 2020, a remuneração anual média de nossa Diretoria Executiva foi de R\$ 2.738.492,19, enquanto a do Conselho de Administração foi de R\$ 177.728,84 e a do Conselho Fiscal, de R\$ 172.983,92. Esses valores são apurados conforme orientações da CVM.

A remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal encontra-se a seguir. Outras informações sobre remuneração estão disponíveis no item 13 do Formulário de Referência, disponível em nosso [site de Relações com Investidores](#).

**Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal**

Valores Anuais (R\$)	Diretoria Executiva		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	9,00	7,67	7,92
Nº de membros remunerados	9,00	7,67	7,92
Valor da maior Remuneração	2.937.733,28	2.711.572,79	2.345.948,12
Valor da menor Remuneração	2.166.799,72	2.023.422,94	2.017.773,48
Valor médio da Remuneração	2.738.492,19	2.929.586,16	2.225.262,75
Valores Anuais (R\$)	Conselho de Administração		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	10,00	9,75	10,08
Nº de membros remunerados	4,42	5,00	6,00
Valor da maior Remuneração	174.437,57	173.558,09	225.339,87
Valor da menor Remuneração	174.437,57	173.558,09	180.152,78
Valor médio da Remuneração	177.728,84	194.282,26	186.514,27
Valores Anuais (R\$)	Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00
Valor da maior Remuneração	174.437,57	138.186,70	184.628,63
Valor da menor Remuneração	174.437,57	138.186,70	153.857,19
Valor médio da Remuneração	172.983,92	132.369,10	178.351,30

**Composição e experiência profissional da Administração e do Conselho Fiscal**

A descrição da experiência profissional de nossa administração e do nosso Conselho Fiscal, bem como a caracterização de independência dos membros do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento encontram-se nos itens 12.5/6 e 12.7/8 do Formulário de Referência da Petrobras, disponível em nosso site de Relações com Investidores na internet ou, ainda, no site da CVM.

